



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 2123

FL. N.º 115

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 27 DE ABRIL DE 2023

N.º2/2023/AM

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho;

HORA: Sessão agendada para as 20 horas de 27 de abril de 2023;

Mesa (CDS/PP):

O Presidente da Assembleia Municipal: Manuel Miguel Pinheiro Paiva;

1º Secretário: Jorge Manuel Santos Silva;

2ª Secretária: Rita Alexandra Alves Casal.

Membros eleitos pelo CDS/PP:

- José António Abrantes Soares de Almeida;
- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;
- José do Nascimento Peres;
- José Augusto Tavares Ferreira;
- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;
- Daniel Alexandre Martins Gonçalves;
- Manuel Domingos Fernandes de Almeida;
- Alexandra Pinho;

Membros eleitos pelo PS:

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho;
- Ana Raquel Tavares Pinheiro;
- José Hermínio Tavares Fernandes;

Membros eleitos pelo PSD:

- João Paulo Carvalho da Silva;
- Rosária de Fátima Leite Tavares;

2023.04.27

- Ana Rita Fernandes Martins;
- Daniel Alexandre Martins Barbosa;

Presidentes das Juntas de Freguesia (CDS/PP)

- Arménio Tavares Lige, Arões;
- Henrique Martins Pereira, Junqueira;
- António Luís Martins da Costa, Rôge;
- Sérgio Miguel Santos Soares, São Pedro de Castelões;
- Cristina Maria Vasconcelos Quintas, em representação do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho;

Presidente da Junta de Freguesia (PS)

- Paulo Jorge de Pinho Tavares de Bastos, em representação de Vítor de Sousa Tavares, JF de Macieira de Cambra;

AUSÊNCIAS (deputados municipais não substituídos):

- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá;
- António Miguel Pinho Martins de Castro, convocado em suplência de Diana Martins Abrantes Leite;
- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa;
- Nelson Fernandes de Almeida;

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, estiveram presentes em representação da Câmara Municipal:

- o Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva;
- os vereadores:
 - António Alberto Almeida de Matos Gomes;
 - Mónica Pinto Seixas;
 - José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho;



- André Agostinho Martins da Silva;
- Tiago Correia Fernandes;
- Frederico da Costa Martins.

A sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;
- b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de setembro de 2022;
- c) Aprovação da ata da sessão ordinária de 17 de dezembro de 2022;
- d) Aprovação da ata da sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2023;
- e) Período de intervenção dos Senhores deputados municipais e Presidentes de Junta de Freguesia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- 1) Para conhecimento: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações;
- 2) Comissão Municipal de Apoio às Pessoas Idosas e Adultas Dependentes de Vale de Cambra: designação de quatro pessoas de entre cidadãos eleitores nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 6.º do respetivo Regulamento;
- 3) Prestação de Contas relativas ao ano de 2022 (RCM 18/04/2023);
- 4) Proposta de aplicação do Resultado Líquido, após apresentação das Contas de 2022 (RCM 18/04/2023);
- 5) Proposta de Suspensão da aplicação do plano inerente ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) (RCM 18/04/2023);

2023.04.27

- 6) Alteração Orçamental Modificativa (RCM 18/04/2023);
- 7) Empreendimentos de carácter estratégico – reconhecimento de interesse público estratégico dos imóveis classificados como equipamentos no Plano Diretor Municipal e identificados na Estratégia Local de Habitação (RCM 18/04/2023);
- 8) Proposta de atualização da Estratégia Local de Habitação para o Município de Vale de Cambra (RCM 18/04/2023);
- 9) Apoio financeiro à Freguesia de S. Pedro de Castelões - Festa da Freguesia-XXX Semana Cultural (RCM 18/04/2023):
- 10) Apoio financeiro à União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho -Marchas populares de Stº António (RCM 18/04/2023);
- 11) Apoio financeiro à Freguesia de Macieira de Cambra - Isenção de pagamento de tarifa de saneamento referente ao WC público (RCM 18/04/2023);
- 12) Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (RCM 04/04/2023);
- 13) Aprovação da Plurianuidade da despesa respeitante à atualização de Acordos AAAF/Contratos Programa/2023 –(RCM 07/03/2023);

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respetivas minutas.

Pelas 20 horas e 13 minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de 23 deputados municipais, **o senhor presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, cumprimentou os presentes e declarou aberta a sessão.**



Comunicou a ausência dos deputados municipais que, a seu pedido, foram substituídos nos termos do artigo 79º da Lei 169/99, de 18 de setembro e suas alterações, conforme se refere:

- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá, por motivos profissionais (mensagem recebida em 27/04/2023, ausência justificada pela Mesa);
- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa;
- Diana Martins Abrantes Leite, por motivos profissionais (mensagem recebida em 19/04/2023, ausência justificada pela Mesa), substituída a seu pedido por António Miguel Pinho Martins de Castro, que se encontra ausente, sem pedido da sua substituição nem apresentação de justificação da respetiva ausência;
- Nelson Fernandes de Almeida, por motivos profissionais (mensagem recebida em 27/04/2023, ausência justificada pela Mesa);

O Sr. Presidente da Mesa informou ainda que, em representação do Presidente de Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, Victor de Sousa Tavares, se encontra presente, **Paulo Jorge de Pinho Tavares de Bastos, Secretário da Junta de Freguesia** que, por ser a primeira vez que participa numa sessão da Assembleia Municipal, vai ser investido no lugar de deputado municipal, para que assim, possa participar na presente sessão.

É lido o Auto de tomada de posse, pela 2ª Secretária da Mesa, Rita Casal, que, após verificação da identidade, o assina juntamente com o investido e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação o seguinte o voto de pesar, subscrito pelas bancadas do CDS/PP, PS e PSD, lido pelo 1.º Secretário, o qual foi aprovado por unanimidade:

2023.04.27

“Faleceu no passado dia 13 de abril de 2023, o Sr. ANTÓNIO BERNARDO DE ALMEIDA MOREIRA, pai dos nossos conterrâneos António Alegria Coutinho Moreira e da D. Maria Rosalina Alegria Moreira Frutuoso e Melo, e sogro da ex-membro desta AM, Filomena Maria Soares de Almeida Moreira, com cuja dor a Assembleia Municipal se solidariza e irmana.

Na verdade, foi com profundo pesar que recebemos a notícia do seu falecimento.

O Sr. Moreira nasceu em Macieira de Cambra e, tendo ficado órfão aos 14 anos de idade, viu-se forçado a assumir os comandos da Central Hidroelétrica do Caima, de que o pai fora fundador, fazendo sempre questão de mencionar que só o conseguiu porque contou com a ajuda de empregados dedicados e leais.

Foi, por isso, responsável pela eletrificação da maior parte do concelho.

Tendo por hábito acompanhar no terreno a marcação e colocação dos postes e linhas, ficou a conhecer o concelho muito bem, recordando com carinho a eletrificação de aglomerados rurais, designadamente Arões e Junqueira.

Empresário em diversos setores de atividade, foi diretor da Adega Cooperativa de Vale de Cambra durante dezoito anos, tendo também participado na gestão da Vercoope - União das Adegas Cooperativas da Região dos Vinhos Verdes, U.C.R.L, e, entre outros, na organização das feiras “LACTI – Feira Nacional dos Laticínios”.

Perante este momento de luto, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, reunida em sessão ordinária de 27 de abril do ano de 2023, presta homenagem ao cidadão, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça à família as mais sentidas condolências.”

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do regimento da assembleia municipal;



O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, prestou algumas informações relativas a eventos nos quais representou a Assembleia Municipal, incluindo a menção a alguma correspondência relevante, disponibilizando para consulta aos deputados municipais presentes, o dossier com a correspondência recebida desde a última sessão.

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de setembro de 2022:

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária de 29 de setembro de 2022, por maioria dos 24 membros presentes, com a abstenção dos deputados municipais: Jorge Manuel S. Silva, Simão Pedro N. S. Dias, José N. Peres, Daniel A.M. Gonçalves, Paulo J. Bastos e Cristina M.V. Quintas, por não terem estado presentes na sessão referida.

c) Aprovação da ata da sessão ordinária de 17 de dezembro de 2022:

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária de 17 de dezembro de 2022 com as devidas correções, por maioria dos 24 membros presentes, com a abstenção dos deputados municipais: José N. Peres, Daniel A.M. Gonçalves, Paulo J. Bastos e Cristina M.V. Quintas, por não terem estado presentes na sessão referida.

d) Aprovação da ata da sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2023:

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2023, por maioria dos 24 membros presentes, com a abstenção dos deputados municipais: José A.A. Soares Almeida, Daniel A.M. Gonçalves, José Hermínio T. Fernandes, Paulo J. Bastos e Cristina M.V. Quintas, por não terem estado presentes na sessão.

e) Período de intervenção dos senhores deputados municipais e presidentes de junta de freguesia:

Ausentou-se da sessão definitivamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, Henrique Martins Pereira.

2023.04.27

O Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, após cumprimentar todos os presentes, abordou um tema que considera fulcral: a gestão da floresta.

Questionou quais as medidas preventivas que estão a ser tomadas pela Câmara Municipal e como vão decorrer as faixas de contenção junto às aldeias e zonas industriais.

Questionou igualmente o porquê de os membros da Assembleia Municipal terem sido convocados para a sessão solene da celebração do 25 de Abril, às 15:33 do dia 21 de abril, mesmo dia em que tinham de confirmar a sua presença. Nesse sentido apresentou uma moção à mesa, para ser submetida a votos.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, informou que a moção seria admitida e discutida e votada.

O Sr. Deputado Municipal Paulo Jorge Bastos, após cumprimentar todos os presentes, informa que se encontra na Assembleia Municipal em representação do Presidente Victor Tavares.

Esclarece que o que o traz à Assembleia é saber o ponto de situação das obras de saneamento e pavimentação da rua do Cimo de Aldeia de Lourosa.

O Sr. Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida, após cumprimentar todos os presentes, informa ter três pontos a abordar.

O primeiro ponto que refere é quanto ao voto de pesar relativamente ao cidadão António Moreira, reforçando que o mesmo teve uma enorme importância na distribuição de energia elétrica no concelho, há cerca de 40 anos, e não podia deixar de fazer referência a esse ponto.

O segundo ponto é a solicitação de uma breve apresentação do plano de ação das comunidades desfavorecidas, que considera de grande importância para as pessoas mais desfavorecidas do concelho.



2023.04.27

ATA N.º 2/23

FL N.º 119

O terceiro ponto é relativamente a uma situação fiscal que poderá ter impacto nas contas da Câmara Municipal. Deu o exemplo de um cidadão de Albufeira que impugnou uma ação da Autoridade Tributária junto do Centro de Arbitragem Administrativa, porque chegou à conclusão que no benefício municipal (porque a Câmara de Albufeira também retribui algum IRS aos cidadãos) não lhe tinha sido considerado a totalidade da coleta os 5% que ele tinha pago, ou seja a Autoridade Tributária só devolve, ou só dá de benefício municipal aos contribuintes, aquilo que tem a ver com o IRS que pagam da parte que é englobada sobre os rendimentos do trabalho e os rendimentos das pensões, esclarecendo que as pessoas que têm rendimentos prediais e mais valias não recebem essa devolução.

Informou os presentes que o Tribunal Arbitral lhes deu razão, e que vai ser corrigida, faltando saber se a Autoridade Tributária estava a utilizar o mesmo critério ao fazer a transferência para as autarquias, concluindo dizendo que a Câmara Municipal, à semelhança das outras Câmaras, deverá igualmente impugnar esta situação, para que seja ressarcida do valor de 4 anos de impostos, que se for equiparado à média nacional (5%), poderão ser recuperados 100 mil euros para a sua parte, e outros 100 mil euros, caso os contribuintes queiram reclamar.

O Sr. Deputado Municipal José Augusto Tavares Ferreira, após cumprimentar os presentes, referiu estar insatisfeito por não ter estado presente nas comemorações do 25 de abril, por motivos pessoais.

Seguidamente quis dar conhecimento de uma intervenção que tem estado a ser feita no território classificado como território florestal, financiado pelo Compete 2020 (mais especificamente, o RIAT).

Esclarece que o projeto tem por finalidade tornar os territórios mais resilientes à propagação dos incêndios florestais e rurais, e que após ter sido feita a

2023.04.27

candidatura, o projeto já se encontra em curso, tendo o apoio, desde o primeiro dia, da Câmara Municipal.

Afirmou que os três projetos rondam com um investimento de cerca de 600 mil euros, e uma área de intervenção que vai tirar partido do investimento de cerca de 400 hectares, através de plantações, limpezas e outras intervenções específicas.

Informou os presentes que o projeto foi desenhado pela Eng. Vera, com o apoio do ICNF, da Câmara Municipal e da engenheira Catarina Pires, que é co-gestora desse espaço, em conjunto com o conselho diretivo de baldios da Felgueira e foi pensado para cumprir com os objetivos primordiais do projeto em si, que é a resiliência contra os incêndios, e em segundo lugar, para dar uma mais valia à parte alta da Serra da Freita, com o intuito de atrair o turismo, nomeadamente dando apoio àquilo que é o projeto em curso e que está prestes a ser inaugurado: o Centro Interpretativo da Serra da Freita, pretendendo criar um espaço apelativo para as pessoas coexistirem com a natureza, com o meio ambiente e com aquilo que é a biodiversidade.

Finalizou dizendo que conta, como até aqui, com o apoio da Câmara Municipal, para que o projeto se execute na íntegra e da melhor forma possível, e para que daqui a alguns anos possamos ter uma floresta mais resiliente e um espaço mais apelativo para todos os Valecambrenses.

A Sr^a. Deputada Municipal Rosária da Fátima Leite Tavares, após cumprimentar todos os presentes, leu um texto que consta no site da Internet da Câmara Municipal de Vale de Cambra, quando se pesquisam os termos “água e saneamento”.

“Neste momento, a autarquia investe um valor aproximado de 3 milhões de euros, apoiado pelo fundo europeu “Portugal 2020 - o programa operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos” para o maior investimento realizado nos últimos anos na rede de abastecimento de água e saneamento.”



foi aprovada na reunião da Câmara Municipal de 18 de abril, tendo de ser depois vertida em ata. Concorda que é um prazo curto, mas não foi possível fazer de outra forma. Afirmo ainda que vão tentar corrigir isso, mas nem sempre é fácil.

Relativamente ao Regimento, afirmou que a Dr.ª Márcia Ferreira da Silva ouviu e certamente terá isso em consideração quando elaborar o novo Regimento.

Admitiu que existiram falhas de comunicação em relação às cerimónias do 25 de abril, e que ainda não conseguiu apurar se foi do sistema ou não, pois foram enviados mais de 200 convites e que foi alertado por alguns membros da Assembleia Municipal quanto ao não recebimento do mesmo, pelo que foi enviado um segundo convite, efetivamente na data que refere o Sr. Deputado José Tiago. Afirmo que vai tentar corrigir as falhas, agradecendo o contributo que foi dado.

A Sr.ª Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção questionando o Sr. Presidente sobre a questão do cinema, solicitando que o mesmo informe se a obra estará terminada em termos físicos e financeiros a 31 de maio e, caso não esteja, qual o plano B, questionando igualmente o porquê da candidatura não estar no site da Câmara Municipal.

Questionou também qual o ponto de situação da praia fluvial, uma vez que no ano anterior não tiveram condições, nem o bar em funcionamento.

Abordou novamente a questão colocada na última Assembleia Municipal, nomeadamente se já foi feito o levantamento sobre qual o valor em causa, caso a Câmara Municipal perca os processos que tem em tribunal.

Por último, solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal, o parecer por escrito, que lhe dá razão em relação à sua proposta.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, no uso da palavra informou não ter um parecer por escrito, tendo sido apenas pesquisa feita por si.

2023.04.27

Afirmou que o único parecer que tem é o da Sr.^a Dr.^a Isabel Mariano, que foi distribuído.

Esclareceu que, após pesquisa, chegou à conclusão que a Sr. Deputada tinha razão e que em situações futuras, agirá de forma diferente.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, iniciou esta intervenção dando os parabéns ao seu amigo José pela preocupação e iniciativa no projeto de proteção florestal.

Relativamente aos e-mails sobre as comemorações do 25 de abril, afirma que o Sr. Presidente sabe tão bem quanto ele, que os mesmos não foram enviados.

O Sr. Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, esclareceu que, na última Assembleia Municipal, se a bancada do CDS não interveio, foi porque entendeu que não tinha necessidade de intervir, afirmando que são uma bancada unida e que as intervenções são fruto do trabalho de todos os colegas, que lhe dão o privilégio de vir intervir em nome deles, mas são eles que as preparam.

Em relação ao atraso nas obras, afirmou que se assiste esse mesmo atraso em todo o país, e que a população está a sofrer. Informou os presentes que, por exemplo, na Câmara Municipal de Viseu, não têm materiais e os empreiteiros não cumprem os prazos e que inclusivamente o Governo Central teria que dilatar os prazos para não perderem os subsídios e os apoios. Refere que é o próprio Estado Central e o Governo do Partido Socialista, que também dá essa mesma imagem, dando como exemplo a linha de Évora, que devia estar concluída até ao final de 2023 e vai ficar concluída em 2025, sob pena de perderem o forte apoio comunitário.

Refere que em relação ao Metro do Porto, que também é uma obra estrutural, ainda há poucos dias o Presidente Rui Moreira dizia que havia atrasos excessivos de 275 dias.



Finaliza lamentando o clima vivido um pouco por todo o país.

A Sr.ª Deputada Municipal Rosária da Fátima Leite Tavares, afirmou que nada escapa à subida dos preços atualmente, devido ao efeito da guerra na Europa e à inflação, que acelera a passos rápidos nas economias globais.

Transpôs a realidade mundial e nacional à realidade de Vale de Cambra, afirmando que se depara com as mesmas dificuldades e as mesmas preocupações.

Afirma que as famílias do concelho estão cada vez com mais com dificuldades em alimentar os filhos, em cuidar da sua saúde e até em ter um teto sobre a cabeça e que todas ajudas parecem ser poucas, mas o poder local tem o dever de prestar apoio.

Expressou a sua preocupação em relação às dificuldades que muitas famílias enfrentam no Município, dirigindo-se à Sr.ª Vereadora responsável pela ação social, para solicitar informações específicas sobre quais as mais recentes medidas criadas pelo Município para ajudar as famílias mais carenciadas.

Perguntou se houve um aumento nos pedidos de ajuda por parte dos cidadãos e quais foram as principais dificuldades sentidas nos últimos tempos, questionando igualmente se as dificuldades financeiras estão a afetar diretamente o bem-estar e o futuro das crianças.

Mencionou a grande comunidade de emigrantes no Concelho, referindo os desafios específicos quando se trata de acesso a serviços e recursos, questionando quais os apoios a que podem recorrer para que possam ter uma vida digna no município.

Por fim, questionou o Sr. Vereador responsável pela metrologia sobre os mais recentes resultados do relatório, bem como as medidas tomadas para garantir a conformidade das medidas realizadas nos diferentes setores da economia.

2023.04.27

O Sr. Presidente de Junta de Freguesia e Deputado Municipal, Sérgio Miguel dos Santos Soares, após cumprimentar os presentes, felicitou a Câmara Municipal e em especial o Vereador André Silva pelo grande êxito que foi o encontro de futebol que decorreu no campo municipal n.º 2 e em Macieira de Cambra.

Seguidamente, felicitou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Câmara pelas celebrações do 25 de abril, lamentando que o salão nobre não estivesse cheio.

Referiu que o sector da agricultura é fundamental na economia e que apesar de alguns produtos já terem sido isentos de IVA, o Sr. Primeiro-Ministro António Costa deveria olhar para as autarquias locais e apoiar-las de outra forma.

Informou que enquanto esteve como tesoureiro na Junta de Freguesia, tinham um saldo negativo de quase € 200.000,00, e que agora a Junta conta com saldo positivo de € 100.000,00, no entanto, tendo em consideração os valores atuais dos orçamentos, é muito fácil gastar o dinheiro e que vai ter contenção, pois deve-se olhar para os gastos públicos, como se olha para os orçamentos privados de cada casa.

Afirma que, na sua opinião, os empreiteiros têm preferência por trabalhar com privados, pois da forma como se encontram os impostos, preferem trabalhar “ao negro”, prejudicando o sector público. Assim considera que o poder local deveria alterar o IRS, como um incentivo para que as pessoas não se importassem de pedir faturas.

Referiu a questão da imigração, nomeadamente da população brasileira, demonstrando preocupação com o aumento do valor das rendas.

Deixou um agradecimento público ao castelonense Sr. Delfim, que lançou no passado dia 22 o livro “Pelos Margens do Rio Moscôso” e à Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra pelo apoio dado no lançamento do livro.



Agradeceu ao Sr. Comendador Ilídio Pinho pelos 60 anos de vida empresarial e de utilidade pública, por todo o trabalho feito em Vale de Cambra, e pela beneficência a muitas freguesias.

Convidou todos os presentes para as celebrações dos 30 anos de elevação da Vila de S. Pedro de Castelões no próximo dia 20 de maio.

Por último, referiu com preocupação a questão dos madeireiros, e dos estragos que têm vindo a ser feitos nas estradas e dos resíduos deixados na Alameda da Senhora da Saúde, por exemplo.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, respondeu ao Sr. Deputado José Soares, afirmando que não quis criticar a sua bancada, tendo apenas dito que tinha sentido a sua falta, e desejando-lhe as boas-vindas.

Referiu saber das dificuldades que estão todos a viver, mas considera um disparate comparar a obra do metro do Porto com a única grande obra em 12 anos do atual Presidente da Câmara Municipal.

Afirmou que o seu papel, bem como o papel do Presidente da Câmara é fazer de tudo para que as obras sejam executadas dentro dos prazos estabelecidos, pois se os prazos não forem cumpridos, será um problema grave, pois exigirá um esforço financeiro brutal, saindo do bolso de todos os munícipes.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, afirmou que não é necessário referir a dificuldade das obras dos outros municípios, pois se encontram bons exemplos em Vale de Cambra, nomeadamente o LIDL, referindo ter muitas dúvidas se o mesmo estará pronto dentro do prazo estabelecido.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, deu por concluída a ronda de intervenções, passando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para posteriormente voltar à moção e fechar esse ponto.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que é com preocupação

2023.04.27

que vê as intervenções anteriores, pois estas tentam demonstrar que estão perante um Município miserável, o que não abona a favor da sua missão, trabalho e esforço. Afirma que possam existir alguns problemas, mas que esses problemas estão devidamente identificados.

Afirmou que iria abordar questões que são transversais e que na sua opinião, devem de uma vez por todas ficar esclarecidas:

Em primeiro lugar, em relação à questão de Paçô, Lourosa, Areal, Castelões ou Felgueira, afirma ser uma empreitada que teve problemas, e que quando foram colocadas as placas, como referido pela Sr. Deputada, à data, essa seria o prazo expectável para a conclusão das obras, e que estava longe de saber que iriam surgir tantos problemas.

Informa que a Câmara deliberou em conceder 90 dias para que o empreiteiro concluísse as obras, e que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra sabe do ponto da situação, pois já lhe foi comunicado várias vezes. Refere que entende o posicionamento político e que se estivesse na sua posição faria o mesmo.

Refere que não está contente com a situação e que o drama das pessoas de Paçô, do Areal e de Felgueiras, que não podem ir para casa, o preocupam e lhe tiram o sono, mas que a partir do momento que se esgote o prazo fornecido ao empreiteiro, vão abrir proposta jurídica, nomeadamente um concurso que pretendem que seja o mais rápido possível, de forma a fazer uma intervenção urgente nas ruas que já foram intervencionadas e que estão esburacadas, pedindo desculpa pelo termo "esburacadas", mas afirmando que essa é a realidade das ruas.

Conclui este assunto afirmando que essa é uma questão que terá de ser resolvida com urgência, e que não está resolvida por vicissitudes que muitas vezes lhe são completamente alheios.



Em relação à questão do cinema, afirma que também está com problemas, e que não é por incapacidade dos técnicos da Câmara Municipal, nem por incapacidade do Executivo. Afirma que a obra não está concluída por incapacidade e por ausência de resposta por parte do empreiteiro.

Esclarece que o sector público é totalmente diferente do privado, pois nos concursos públicos, normalmente o critério é o mais baixo preço, sendo a obra adjudicada conforme esse mesmo critério, e a partir daí começam os problemas, ao contrário dos privados que podem apostar na empresa A, B ou C, sendo algo muito mais fácil de gerir, não sendo possível comparar o incomparável.

Afirmou que esta não é uma obra fácil, pois foi uma obra que teve de ser rebaixada em toda a sua estrutura, não a demolindo. Referiu que foi uma obra quase de relojoaria no início, tendo corrido muito bem, mas que quando entrou na fase das especialidades começaram os problemas, pois as equipas estão dependentes umas das outras e até o próprio empreiteiro tem dificuldade em conciliar as equipas, que vão falhando.

Informou que, não havendo alterações às regras do Portugal 2020, as obras terão de ficar concluídas, física e financeiramente, até final de junho, podendo depois continuar até ao final de 2023. Admite que poderá haver uma perda de financiamento não sendo concluído.

Refere que está apenas a fazer previsões e que não pode afirmar que a obra vai estar ou não concluída, pois depende do empreiteiro, mas a Câmara Municipal já o advertiu que terão de ser ressarcidos na eventualidade de existirem perdas ou penalizações de financiamento.

Declarou ainda aos presentes que a Câmara Municipal fez um investimento considerável em água e saneamento e foi financiada, tendo essa obra corrido muito bem. Afirma que o Presidente da Câmara era o mesmo, os técnicos que

2023.04.27

acompanharam a obra, também eram os mesmos e a única coisa que difere é a empresa que executou a empreitada.

Informa que a natureza do solo era bastante difícil, mas a empresa levou a empreitada até ao fim, concluindo-a com sucesso e permitindo que Cavião, Sandiães, Fuste, Função, Santa Cruz, Casal d'Arão e muitos outros fossem beneficiados com esta obra devidamente executada, portanto, sendo o Presidente a Câmara o mesmo, os técnicos da Câmara que acompanharam a obra os mesmos, há que analisar devidamente onde se encontra o problema.

Relativamente às questões da Proteção Civil levantadas pelo Sr. Deputado Jorge Tiago, que todos os anos faz as mesmas questões, afirma que há aquelas que estão previstas no plano Municipal, havendo uma articulação muito forte entre a Câmara Municipal e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra que são o principal agente de proteção civil, os REPS (que eram os antigos GIPS) e que se encontram sediados no concelho, estando a Câmara Municipal a construir umas novas instalações para alojar a unidade de emergência de proteção e socorro da GNR (estando as obras já na sua fase final), há um meio aéreo sediado no concelho a tempo inteiro e há uma rede de pontos de água que tem a sua manutenção cuidada, feita a tempo e horas, duas equipas de sapadores florestais (que estão em pleno funcionamento no Município, e que nas fases mais críticas são posicionadas em lugares estratégicos, também sempre em articulação com os bombeiros) e tem sido feita igualmente a articulação com a APM.

Informa que já reuniram com o comandante sub-regional, já o advertiram de que não abdicarão de ter equipas de reforço sediadas em Vale de Cambra, para acorrer a emergências, pelo que afirma que a situação está a ser preparada e programada dentro daquilo que são os modos normais e habituais.



2023.04.27

ATA N.º 2123

FL. N.º 124

Deu nota sobre as candidaturas que tiveram lugar na freguesia de Arões, que representam um investimento de 600 mil euros e que está a ser muito bem executado, e afirma que olham para a floresta de uma forma transversal.

Relativamente às questões das comemorações do 25 de abril, refere que às vezes existem problemas informáticos, que não deveriam acontecer, mas que resta aprender com os erros, sendo solidário com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, porque a responsabilidade tem que ser partilhada, e provavelmente até é maior por parte da Câmara do que por parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Em relação à subida dos preços quer em bens de primeira necessidade, quer em materiais de construção, refere que Vale de Cambra tem uma rede social verdadeiramente exemplar, e há um acompanhamento muito próximo, que é sempre articulado e que deveriam estar todos muito gratos por isso, porque fazem um extraordinário trabalho de proximidade para com as pessoas.

Fez igualmente o ponto de situação em relação à escola de Vila Chã, referindo que houve há uns anos, um pedido da Associação de Pais para a construção de um telheiro, e que na altura o telheiro foi feito, e como se tinham requalificado as outras escolas e a escola de Vila Chã não tinha financiamento, a Câmara conseguiu convencer a Autoridade de Gestão a afetar verbas para a escola de Vila Chã, e para uma obra que inicialmente estava prevista programada em cerca de 30 mil euros, foi crescendo até chegar aos 600 mil euros. Informa que a obra profunda na escola se encontra a decorrer, e que sabe que os meninos se encontram numa situação desconfortável, mas que para ter o bom, às vezes é necessário passar pelo menos bom, e que foi solicitada paciência aos professores, auxiliares, às crianças e aos pais.

Afirma que no próximo ano letivo a escola de Vila Chã já estará a funcionar devidamente, a menos que algo de catastrófico aconteça, como no caso do

2023.04.27

saneamento, mas aquilo que é expectável é que entre junho e julho, a escola esteja pronta.

Relativamente à praia fluvial e à questão balnear, afirma que esta não terá qualquer constrangimento, e que outro problema que existe a nível nacional é a falta de nadadores-salvadores, mas espera este ano não ter esse problema.

Refere que estão a estudar a possibilidade de ter um bar provisório a funcionar no período da época balnear e que as instalações sanitárias vão continuar a funcionar.

Afirma que o projeto que se encontra em execução é uma alteração profunda, que na sua opinião ficará muito bonita, mas que não ficará concluída nesta época balnear.

Em relação ao valor dos processos, afirma continuar sem ter essa informação, considerando não ser possível nesta fase fazer essa referência.

Por último, quanto à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta relativamente aos madeireiros, que degradam completamente os caminhos, tem sido feito um esforço muito grande em recuperar e requalificar dezenas de quilómetros de estradões florestais, mas que, passado uns dias, se há um corte de madeira naquela zona, lá vem a destruição dos caminhos novamente.

O Vereador José Alexandre Pinho, relativamente aos ecopontos, referiu que em 2018 tinham instalados no concelho cerca de 75 ecopontos, número manifestamente insuficiente. Afirmou que essa era responsabilidade da ERSUC, tendo sido feita pressão para distribuição e recolha dos ecopontos, visto que a quantidade instalada não era suficiente.

Declarou aos presentes que desde 2018 até agora, foram instalados cerca de 50 ecopontos, o que representa cerca de 60% do existente anteriormente.

Afirmou ainda que, ainda que não seja da competência do Município, a Câmara adquiriu ecopontos adicionais e que serão distribuídos em breve.



Referiu que, não obstante as campanhas de sensibilização feitas pelo Município, vão iniciar uma outra, financiada pela Sociedade Ponto Verde, no valor de cerca de € 41.000.

Quanto à questão das faixas de gestão de combustível, afirmou ser um processo complexo, uma vez que se trata de uma intervenção em cerca de 160 hectares, tendo a última prestação de serviços um valor de € 190.000. Refere ainda que por vezes existe a ideia de que o Estado financia estas intervenções, mas não é verdade e que este valor saiu do orçamento do Município.

Por último, e no que diz respeito à publicação no site, afirma ter ido verificar e que de facto se encontra lá a notícia que a mesma refere, faltando a data, referindo que vai solicitar a rectificação à comunicação.

O Vereador António Alberto Gomes, no uso da palavra, afirma ter questionado o Dr. Rui e que a questão sobre os passivos contingentes e ativos contingentes se encontra vertida no Relatório de contas, nomeadamente na página 94, referente aos processos em tribunal.

A Vereadora Mónica Seixas, apresentou de forma resumida, o plano de operações integradas em comunidades desfavorecidas, designado de plano de ação das comunidades desfavorecidas.

Deu nota de que, à data, desde o início do ano passado, altura em que se iniciou o trabalho (e este projeto tem vigência até dezembro de 2025), já foram submetidas todas as operações previstas, numa percentagem de 74% de submissão de candidaturas.

Apresentou de seguida as seguintes candidaturas já submetidas e aprovadas:

- Candidatura de acompanhamento, monitorização e avaliação do projeto;
- Imparidades (conjunto de ações para combater a pobreza e promover a inclusão social de pessoas com deficiência e ou incapacidade com desafios em matéria de saúde física e mental e necessidades adicionais

2023.04.27

de suporte com fraca rede de suporte e dificuldade de acesso a serviços de cuidados de saúde)

- Promoção da Saúde (resposta de intervenção que assenta nos princípios de salvaguarda da saúde humana)
- Avaliação do estado de saúde mental (avaliação do estado de saúde mental das crianças e jovens do município de Vale de Cambra)

Afirmou que, neste momento, se aguarda a aprovação das seguintes candidaturas:

- Caminhos para a coesão (candidatura que visa a implementação de casas da comunidade);
- Valoriza-te (candidatura que visa a criação de uma resposta dirigida à população que vivencia problemas de saúde mental e que não há resposta nem nos serviços de saúde, nem nouro tipo de respostas de terapia ocupacional).

Por fim, deu conhecimento aos presentes de dois projetos que serão submetidos em breve:

- Educação Digital (pretendendo a criação de 4 salas de futuro para os alunos de segundo e terceiro ciclos, com recurso a técnicos de informática que vão trabalhar com estas crianças e jovens, em conjunto com a sua equipa docente);
- Observatório para o desenvolvimento local (que agregará todas as ações, desde a saúde, educação, cultura e desporto)

O Sr. Vereador André Silva, após cumprimentar todos os presentes, respondeu ao Sr. Deputado João Carvalho da Silva, em relação Ao Regulamento da concessão do mercado, afirmando que o mesmo se encontra em revisão nos serviços e que se encontra a aguardar que o mesmo lhe seja enviado.



Sobre o Conselho Municipal da Juventude, explicou que o mesmo reuniu em 2022, na sua frequência habitual e que deveria ter reunido em março de 2023, mas não o fez pois foi recentemente criado na Área Metropolitana do Porto, o Conselho de Vereadores da Juventude (conselho do qual faz parte, juntamente com todos os vereadores da juventude de outros municípios) e que se encontra a ser preparado um plano de ação (através de um grupo de trabalho com técnicos dos vários municípios), que depois será adaptado a cada concelho.

Informou que o facto do Conselho Municipal da Juventude não ter atividade online, não significa que não tenha efetivamente atividade, acrescentando ainda que no dia 5 de maio foi, mais uma vez, atribuído a Vale de Cambra o selo de Município Amigo da Juventude, que será entregue no dia 26 de maio, em Pinhel, na Guarda.

Por último, e referente à metrologia, afirma que terá todo o gosto em fornecer os relatórios que lhe são enviados com frequência, referindo que a Câmara faz um trabalho de grande qualidade nesta área. Informou os presentes que o Município de Vale de Cambra fazia esse serviço no Município de Arouca, tendo sido contactado recentemente pelo Município de Oliveira de Azeméis para assumir lá também essas funções. Afirma que, após ponderação, a proposta foi aceite, e que agora fazem as medições em Vale de Cambra, Arouca e Oliveira de Azeméis, o que traz uma boa receita para o município e a demonstração de que o serviço prestado é de qualidade.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, no uso da palavra, informou os presentes que o tempo se encontra ultrapassado em mais de uma hora e dezasseis minutos, e que embora a mesa seja tolerante, tem de haver limitação, pelo que lhe parece de bom senso que se prossiga.

2023.04.27

Durante este Período, foi apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, a MOÇÃO que se transcreve na presente ATA, bem como a deliberação sobre o assunto:

“A Bancada do Partido Socialista, ciente da importância que o 25 de Abril teve e terá na construção contínua de um Portugal democrático, apresenta uma moção tendo em vista a criação da Comissão Organizadora dos 50 anos do 25 de abril em Vale de Cambra, composta pelos seguintes elementos: o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, 1 representante de cada uma das bancadas desta Assembleia, o titular do pelouro da cultura da Câmara Municipal e 1 personalidade de distinto e reconhecido mérito da sociedade cambrense, a ser cooptada pelos restantes membros.”

O Sr. Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, informa que a sua bancada não vinha preparada para discutir a moção, pelo que solicita um intervalo de cinco minutos para que se possa fazer essa discussão.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, relativamente à moção, afirma que já tinha falado na possibilidade de haver uma comissão de organização das comemorações do 50 anos do 25 de abril, concorda com a mesma, no entanto, refere que falta a figura do Presidente da Câmara na organização.

Afirma que, na sua opinião, por uma questão de democracia e pluralidade, deveria estar um representante de cada bancada e ainda um convidado da sociedade civil, que todos reconhecessem mérito, referindo que estas são as únicas alterações à moção para que vote favoravelmente.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, afirma não ver qualquer inconveniente em ter o Sr. Presidente da Câmara na Comissão.



Face à apresentação da presente Moção, cujas cópias foram distribuídas aos líderes das três bancadas, foi acolhida pela Mesa a sugestão da realização de uma pausa de cinco minutos, para que as estas se pudessem debruçar sobre o assunto, e tomar uma decisão que posteriormente transmitirão à Mesa.

INTERVALO DE 5 MINUTOS

Finda a pausa, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal reiniciou os trabalhos da sessão, referindo que foi admitida a moção da bancada do PS e vai ser votada de imediato, abrindo-se inscrições para discussão da moção.

O Sr. Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, agradeceu o tempo que lhes foi concedido, referindo que, após discussão, de facto os cinquenta anos do 25 de abril devem ser comemorados com a maior dignidade possível, no entanto, existem órgãos legitimados pelo povo, que foram eleitos pelo povo (nomeadamente a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal) e que devem ser os mesmos a preparar a organização das comemorações dos 50 anos, como tem sido tradição no concelho desde sempre.

Ausentou-se o deputado municipal, Daniel Alexandre Martins Barbosa.

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, não havendo mais intervenções, e acolhendo as informações prestadas pelos líderes das bancadas, colocou à votação a Moção apresentada, tendo sido obtidos 14 votos contra da bancada do CDS/PP, 1 abstenção do 1º Secretário, Jorge Manuel Silva e 7 votos a favor das bancadas do PS e PSD, sendo assim, **rejeitada por maioria** dos 22 membros presentes, a **proposta de Moção apresentada.**

2023.04.27

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1. Para conhecimento: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo i, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações:

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 18-04-2023, acerca da atividade e da situação financeira do Município, no período de 01 de fevereiro a 31 de março de 2023.

Ausentou-se da sessão o deputado municipal Daniel Alexandre Martins Barbosa.

2. Comissão Municipal de Apoio às Pessoas Idosas e Adultas Dependentes de Vale de Cambra: designação de quatro pessoas de entre cidadãos eleitores nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 6.º do respetivo regulamento:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que no presente ponto da Ordem do Dia, dado tratar-se de uma eleição que envolve qualidades de pessoas, a deliberação seria tomada por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3 do artigo 55.º - ANEXO I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações. Acrescentou que, pelas bancadas, foram indicados quatro cidadãos, os quais compõem a **Lista Única**, que foi posta à votação. Foram distribuídos boletins de voto aos vinte e dois membros presentes que, após chamada feita pela 2ª Secretária da Mesa, os depositaram em urna própria e, chamados os líderes das bancadas, procedeu-se à contagem dos boletins que se consideraram todos válidos, sendo o resultado comunicado à Mesa.



A Assembleia Municipal, após escrutínio por voto secreto, deliberou por unanimidade dos 22 membros presentes, designar, nos termos da alínea m) do n.º1 do artigo 6.º do Regulamento da Comissão Municipal de Apoio às Pessoas Idosas e Adultas Dependentes de Vale de Cambra:

- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;
- Ana Isabel Soares de Pinho Vilar;
- Joana Correia Alves;
- Luciana Ferreira Vasconcelos

Regressou à sessão o deputado municipal Daniel Alexandre Martins Barbosa.

3. Prestação de contas relativas ao ano de 2022 (RCM 18/04/2023):

O Sr. Vereador António Alberto Gomes, no uso da palavra, afirmou que os documentos presentes e que são parte integrante deste ponto estão orientados para permitirem uma análise que contempla não apenas a execução orçamental do Município de Vale de Cambra, mas também dar informação sobre toda a situação económico-financeira, ao mesmo tempo que contém outras considerações importantes nos termos das normas aplicáveis.

Afirma que, sendo o terceiro ano em que é utilizado o Sistema Nacional e Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), a análise e comparabilidade ganha outra expressão. Essa análise, com base em todos os documentos de prestação de contas, baseia-se no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano (GOP) - subdivididas em Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal – documentos apreciados e aprovados pela Câmara e Assembleia Municipais. São igualmente prestadas informações que têm o seu alicerce em documentos contabilísticos que possuem características essencialmente de natureza patrimonial, económica e financeira, como sejam o

2023.04.27

Balanço, a Demonstração de Resultados por Natureza e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, entre outros.

Posto isto, informou sobre o aumento do ativo face às contas de 2021 em mais de € 114.000,00, a diminuição do passivo em cerca de € 29.000,00 e ao aumento no Património Líquido em cerca de € 143.500,00, oscilações cujo sentido se mantém face às contas apresentadas no ano transato.

Relativamente à execução orçamental, a receita viu a sua execução ultrapassar os 94%, arrecadando um valor superior a 28 milhões de euros, tendo em consideração a existência de um saldo de gerência de 2021 de cerca de 8 milhões e 850 mil euros.

No que toca à despesa orçamental, a mesma teve uma execução de cerca de 19 milhões e 140 mil euros, o que significou um aumento dos pagamentos efetuados face a 2021 no valor superior a 2 milhões e 37 mil euros.

No entanto, referiu que em abril de 2022 foi concretizada a Delegação de Competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018, com impacto nos rendimentos e gastos associados a esta nova competência do Município, no domínio da educação. Afirma que o impacto não preocuparia, caso o envelope financeiro associado fosse o adequado, esperando que haja reformulação dos valores a transferir por parte da Administração Central, dados todos os reportes.

Referiu que a margem de endividamento do Município já está num valor que ultrapassa os 13 milhões e 200 mil euros, e que, em 2022 foram amortizados 871.132,90 euros de empréstimos bancários.

Não obstante constituir um assunto objeto de agendamento posterior, como é informação que decorre da prestação de contas, informou ainda que o resultado líquido do exercício foi positivo, no montante de € 247.744,96.

De acordo com as regras contabilísticas, afirmou que deverá existir deliberação no sentido da seguinte aplicação:



- Que sejam constituídas reservas legais no montante de 12.387,25€ correspondente a 5% do resultado líquido;
- O restante valor, 235.357,71€, seja transferido para a conta 56 Resultados Transitados.

Concretizou referindo que, tendo em consideração todos os documentos relativos à prestação de contas do exercício 2022 e ainda a indicação de que este relatório de contas foi objeto de parecer indubitavelmente positivo pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, afirmou que este é um ponto que merece a aprovação unânime da Assembleia, pois se trata de avaliar uma prestação de contas constituída por documentos que revelam uma atenção técnica inexcedível e uma gestão transparente.

O Sr. Presidente da Assembleia, Miguel Paiva, afirma que o documento da Certificação Legal de Contas foi distribuído às bancadas, e que se houver algum outro membro da Assembleia que tenha necessidade de uma cópia para si, esteja à vontade para o pedir que será fornecido.

O Sr. Deputado Municipal José Soares Almeida, referiu que, normalmente faz a análise das contas em duas vertentes fundamentais: na forma e na substância. Afirma que relativamente à forma, foram apresentadas contas claras, transparentes e certas, refletindo a situação patrimonial do município e tudo aquilo que tem sido a execução das receitas e das despesas.

Em termos de substância, refere que as contas demonstram aquilo que poderia dividir em seis pontos fundamentais:

- Equilíbrio de uma racionalidade na utilização dos recursos do município durante o ano de 2022;
- Almofada de liquidez, que é um garante de sustentabilidade no futuro;
- Imagem de confiança para todos os parceiros do município e entre estes parceiros estão os 21275 habitantes deste concelho;

2023.04.27

- Respeito integral pela equidade intergeracional que é sempre muito importante;
- Crescimento da economia concelhia (tal como em 2022) e também o acerto da política fiscal que foi prosseguida pelo município e que nós ratificamos aqui em Assembleia Municipal.

Prosseguiu a sua intervenção explicando detalhadamente cada um dos pontos referidos, concluindo que existe uma clara melhoria da situação financeira, não sendo por isso de estranhar, que comecem a aparecer novas personalidades a tentar assumir os destinos do concelho, porque de facto vão encontrar uma situação muito mais fácil e próspera do que aquela encontrada há uns anos.

A Sr^a Deputada Municipal Ana Raquel Tavares Pinheiro, após cumprimentar todos os presentes, e após a análise da documentação da prestação de contas do ano de 2022, teceu algumas observações. Afirma que se constata um equilíbrio para as contas do Município, alertando para o aumento dos gastos com o pessoal e com o fornecimento e serviços externos. Refere que do lado da receita existe um claro decréscimo de capital, e destaca uma baixa execução do turismo, do saneamento e da cultura.

Questionou o Sr. Presidente se este considerava que esta teria sido uma boa execução, e caso não considere, a que se deve a mesma.

Afirma, respondendo ao Dr. José Soares, que a eficiência financeira do Município não está posta em causa, mas que a poupança não tem correlação direta com o crescimento económico.

A Sr^a Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, iniciou a sua intervenção solicitando que os quadros tenham a denominação na parte superior, para facilitar a análise.

Subscreveu a intervenção da Deputada Ana Raquel, salientando as baixas taxas de execução na educação, na segurança social, no saneamento e no turismo.



Refere que a eficiência e o dinheiro que se tem vindo a amealhar, nem sempre é resultado de crescimento no concelho e que o saldo de gerência que vai passando de ano para ano, quase se torna estrutural, pois a tendência é aumentar, no entanto, continua a ter uma taxa de execução baixa. Afirma que o grande volume de investimento está centrado no cinema, que é uma obra que está parada.

Finalizou a sua intervenção com a certeza de que as contas estão certas, pois existem pessoas muito competentes a fazer a revisão.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, no uso da palavra, afirmou que o dinheiro público não serve para guardar, mas sim para investir na sociedade.

Refere que é importante ter contas certas e não ter dívidas, mas que não é correto nos vangloriar-mos de ter muito dinheiro, quando existem pessoas sem água potável, sem saneamento e sem cuidados de saúde.

Disse que, analisando as intervenções na Assembleia Municipal, vê o Dr. José Soares a afirmar que o Município se encontra bem financeiramente, e o Sr. Presidente da Câmara a dizer que não tem dinheiro.

Afirma que existem problemas graves na habitação, pessoas todos os dias nas redes sociais à procura de uma casa, e não vê qualquer projeto de habitação social. Admite que possa existir, mas não o vê crescer e que vê os Municípios vizinhos a investir na habitação social, garantindo que conseguem fixar população, fazendo com que o Município cresça e tenha mais autonomia financeira e mais recursos. Refere ainda que é importante refletir em quantas empresas têm saído do concelho e quantas têm entrado.

Termina a sua intervenção afirmando que defende contas certas, mas que existindo excedente orçamental, o mesmo deve ser investido na sociedade.

2023.04.27

O Sr. Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, negou que tivesse dito que a Câmara tivesse muito dinheiro, apenas que o dinheiro que tinha não poderia ser gasto de qualquer maneira, pois estão afetos a determinadas rubricas orçamentais.

Afirma que, quando a Câmara era governada por sociais-democratas, tinha pior situação fiscal do que agora, referindo que Vale de Cambra tem, neste momento, a carga fiscal mais favorável da Área Metropolitana do Porto, lembrando que os impostos (excluindo o IMI), estavam todos no máximo e foram todos baixados, bem como taxas para licenciamento de obras e loteamentos.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, no uso da palavra afirma que foi eleito este mandato e apenas responde por ele, não pelos mandatos anteriores.

Finaliza dizendo que não faz ideia do que foi feito em 2013, mas sabe exatamente aquilo que faria hoje e aquilo que faria amanhã.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, inicia a sua intervenção dizendo que não concorda com algumas das posições assumidas e que desde o início da sessão se repete aquilo que já foi abordado várias vezes, que é a baixa execução. Afirma que existem duas ou três obras que contribuem para esse cenário, nomeadamente as obras do cinema, estando as verbas cativas, não significando por isso que a obra não aconteceu, bem como a questão da água e saneamento. Refere que já foram abertos dois concursos para a execução da obra de requalificação de uma casa anexa à Casa da Tulha, tendo ficado num círculo deserto, tendo em conta aquilo que é a dificuldade em encontrar mão de obra.

Declara ainda que as contas estão certas, pois efetivamente o trabalho é bem feito, bem acompanhado e bem fiscalizado, referindo que para além das contas



certas, é necessário haver vontade de investir mais, mas que é necessário olhar para o legado que deixamos.

Afirma que muitas vezes as pessoas são tentadas a entrar em demagogias sobre o que fariam mais e melhor, mas que é mais fácil afirmá-lo do que fazê-lo, e que ao longo dos anos que exerce as suas funções, tem aprendido que seria mais fácil verbalizar aquilo que as pessoas gostariam de ouvir, mas depois a concretização e o dia-a-dia vai dando uma maturidade daquilo que são as decisões.

Finaliza dizendo que trabalha para as pessoas de Vale de Cambra e pensa sempre no melhor para elas, tendo sempre em consideração os meios disponíveis que a Câmara Municipal dispõe.

A Assembleia Municipal, com 7 votos contra das bancadas do PS e PSD e 1 abstenção do deputado municipal Paulo Jorge Pinho Tavares de Bastos, da Freguesia de Macieira de Cambra e 15 votos a favor, da bancada do CDS/PP, **deliberou por maioria dos 23 membros presentes**, aprovar os documentos de Prestação de Contas do ano 2022, nos termos do disposto na alínea I) do n.º 2, do artigo 25.º do RJAL, conforme proposta da Câmara Municipal.

Declaração de voto da bancada do PS, proferida pela deputada municipal Ana Raquel Tavares Pinheiro: *“Votamos contra, pois os dados apresentados demonstram de forma cabal que as contas municipais se encontram numa trajetória pouco sustentável e em especial evidenciam uma incapacidade de execução. Vemos uma Câmara Municipal que anuncia obras e depois não as executa, pois quase todas derrapam em prazos e em custos”.*

Declaração de voto da bancada do PSD, proferida pela deputada municipal Rosária de Fátima Leite Tavares: *“A bancada do PSD vota contra este ponto por uma questão de coerência e de sentido do voto em relação ao orçamento*

2023.04.27

que, já o aqui dissemos, tem, na nossa opinião, falta de amplitude, é pouco abrangente e pouco ambicioso.”

4. Proposta de aplicação do resultado líquido, após apresentação das contas de 2022 (RCM 18/04/2023):

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade dos 23 membros presentes, aprovar a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2022, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3 da versão atualizada do POCAL, conforme proposta da Câmara Municipal;

5. Proposta de suspensão da aplicação do plano inerente ao pael (programa de apoio à economia local) (RCM 18/04/2023)

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade dos 23 membros presentes, aprovar a proposta de suspensão da aplicação do Plano inerente ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, conforme a proposta da Câmara Municipal.

Ausentou-se da sessão o deputados municipal, Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho.

6. Alteração orçamental modificativa (RCM 18/04/2023):

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, referiu rapidamente que não está em causa o projeto em si ou a afetação das verbas, mas a questão da plurianuidade que, tendo em consideração a alteração proposta, carece de aprovação da Assembleia Municipal.



A Assembleia Municipal, com 6 votos contra das bancadas do PS e PSD e 1 abstenção do deputado municipal Paulo Jorge de Pinho Tavares de Bastos, da freguesia de Macieira de Cambra, e 15 votos a favor, da bancada do CDS/PP, **deliberou por maioria dos 22 membros presentes**, aprovar a Alteração Orçamental Modificativa, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 25 do RJAL e demais legislação, conforme proposta da Câmara Municipal.

Declaração de voto apresentada pelo deputado municipal, José Herminio T. Fernandes, em nome da bancada do PS: *“Não obstante a nossa concordância com o conteúdo das várias propostas apresentadas à votação, votamos contra, atendendo ao parecer jurídico da ANAM, de 19/09/22 solicitado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Paiva, cujo teor é claro, ao dizer taxativamente que, “somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes, na medida em que essas nomeações foram efetuadas na decorrência da aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, donde que, aqueles cargos nunca estiveram providos, remetendo também para o Relatório n.º 8/2017 do Tribunal de Contas e que, a comissão de serviço dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da Unidade Orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo de dirigente do mesmo nível no cargo dirigente que lhe suceda.*

Finalizando, dizemos que, o Regime da designação em substituição prevê que haja cargo de dirigente a prover, não pode esta bancada validar decisões cujo teor legal está em causa. O parecer da ANAM que cita o Tribunal de Contas, órgão judicial com competências de fiscalização, temos em atenção o parecer da CCDR Norte que também cita o mesmo Tribunal de Contas e vem reforçar a posição desta bancada. Por fim, e ao fim de 10 meses de procedimentos concursais urgentes, como a lei classifica os procedimentos em causa, não

2023.04.27

estarem concluídos, é revelador da falta de eficiência na gestão da coisa pública, e nós, membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, com competência de fiscalização da atividade municipal, não podemos compactuar de forma alguma, com essa situação.”

Declaração de voto da bancada do PSD, apresentada pela deputada municipal, Rosária de Fátima Leite Tavares: *“Apesar de concordar com este projeto piloto experimental, e com a aquisição dos respetivos serviços, a bancada do PSD vota contra este ponto, motivados pela dúvida que permanece, no que se refere ao processo de designação de dirigentes intermédios em regime de substituição, baseados no parecer n.º 1599/2020 emitido pela CCDR-N a 07/02/2020 e no parecer da ANAM de 19/09.”*

Declaração de voto apresentada pela deputada municipal, Ana Rita Fernandes Martins: *“Apesar de não ter qualquer tipo de problema pelo conteúdo da proposta em si, terei de votar contra, atendendo a que o parecer da ANAM, datado de 19/09/22, que nos foi dado a conhecer enquanto membros desta Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente, Dr. Miguel Paiva e, dado que o teor do mesmo e do parecer da CCDR Norte, anexo à ata da reunião da Câmara Municipal do dia 17/05/2022, ambos confirmam que no âmbito do Despacho 2/P/22, tal opção não podia ser tomada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao que acresce o facto, ainda, de ter sido solicitada opinião jurídica externa sobre o parecer ou informação prestada pelo Gabinete Jurídico Medina e Associados, cujo conteúdo não é coincidente com os anteriores. Deste modo e, mantendo a conformidade da minha posição com a posição assumida pelo vereador do PSD, Frederico Martins nas reuniões de Câmara, reafirmo o meu voto contra.”*

Regressou à sessão o deputado municipal, e Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho.



Ausentou-se da sessão, o Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Arménio Tavares Lige.

7. Empreendimentos de carácter estratégico – reconhecimento de interesse público estratégico dos imóveis classificados como equipamentos no plano diretor municipal e identificados na estratégia local de habitação (RCM 18/04/2023):

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro afirmou que o Município de Vale de Cambra apresentou uma candidatura ao IHRU para a implementação da estratégia local da habitação, que visa a construção e a reafetação ou requalificação de alguns imóveis, que são prioridade do Município. Referiu existir uma candidatura submetida para a construção de 20 fogos, que espera ver aprovada em breve.

Acrescenta ainda que, aquando da elaboração da estratégia local de habitação, se afetaram vários edifícios desaproveitados e abandonados, para requalificar e colocar à disposição dos Valecambrenses. Refere que sete dos nove imóveis tinham designação de equipamento escolar no PDM e é importante ultrapassar essa questão, solicitando à Assembleia Municipal que tenha em consideração o interesse estratégico destes imóveis, a urgência e grande importância do projeto, para dar corpo à candidatura e permitir a requalificação para os colocar ao serviço dos cidadãos.

A Sr.ª Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins aplaudiu a tomada de iniciativa na resolução de um problema, mas considera haver outras alternativas que não passem pela reutilização de escolas, que são um património do concelho. Admite ter conhecimento de que estão devolutas e desaproveitadas, mas deveriam ser feitas outras candidaturas ao PRR, nomeadamente construções modulares, que energeticamente são mais baratas.

2023.04.27

Finaliza afirmando que concorda com a recuperação das escolas para património, devendo existir outro tipo de construção para habitação social.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, afirma ver com agrado a iniciativa da Câmara Municipal na estratégia local de habitação, deixando um alerta relacionado com os prazos apertados para a execução dos projetos, que não sendo cumprido, poderá significar a devolução dos apoios.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, declarou que não há dinheiro a devolver. Afirma que existe uma candidatura feita pressupondo um montante, montante esse que estará disponível para os 308 municípios do país, sendo a candidatura efetuada de forma concorrencial, e que é objetivo do Município aproveitar o máximo possível das verbas disponíveis.

Acrescenta que a candidatura é para construção nova e para reabilitação de espaços desaproveitados e degradados que se encontram sem qualquer tipo de utilização.

Afirma que em todas as candidaturas existentes, sejam de que tipo for, a questão da eficiência energética estará sempre em cima da mesa, pois foi um requisito colocado pela União Europeia a todos os países que a integram.

Alerta que esse requisito vai obrigar a gastar muito mais dinheiro, fazendo muito menos, e que essa não é uma afirmação apenas sua, mas de todos os envolvidos no projeto, desde a Comissão de Coordenação, a Secretários de Estado e Ministros, havendo uma noção clara de que o país vai gastar muito mais dinheiro, fazendo muito menos, devido a esta diretiva com o objetivo de cumprimento de metas climatéricas.

Finaliza a sua intervenção solicitando à Sr.^a Deputada Ana Rita Martins que o elucide quanto ao que referiu como possível candidatura ao PRR das escolas degradadas como alternativa à Estratégia Local de Habitação, uma vez que não tem qualquer conhecimento.



A Assembleia Municipal, com 8 votos contra das bancadas do PS e PSD e do deputado municipal, Simão Pedro Nogueira da Silva Dias, e 14 votos a favor, da bancada do CDS/PP, **deliberou por maioria dos 22 membros presentes**, aprovar, nos termos do n.º 1 e n.º 4 do artigo 101º-B do regulamento do PDM, o reconhecimento do interesse público estratégico dos edifícios respeitantes a 7 escolas inativas, denominadas Escola de Ervedoso, Escola da Lomba, Escola de Merlães, Escola de Pintalhos, Escola de Santa Cruz, Escola de Vilar e Escola das Baralhas, para efeitos da sua reabilitação como empreendimentos de habitação social de carácter estratégico, conforme a proposta da Câmara Municipal e com base na seguinte informação:

“1 – Enquadramento dos imóveis na Estratégia Local de Habitação para o Município de Vale de Cambra (ELH VC)

O 1.º Direito, programa de apoio ao acesso à habitação, visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada.

O Programa assenta numa dinâmica promocional predominantemente dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento.

Aposta também em abordagens integradas e participativas que promovam a inclusão social e territorial, mediante a cooperação entre políticas e organismos setoriais, entre as administrações central, regional e local e entre os setores público, privado e cooperativo.

O financiamento do Programa 1.º Direito foi reforçado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e passou a conceder apoios a fundo perdido, quando cumpridos os requisitos das candidaturas no âmbito do PRR.

Podem beneficiar do programa todas as pessoas que vivam em condições indignas e que estejam em situação de carência financeira.

2023.04.27

O Município de Vale de Cambra, por forma a ser elegível ao programa, elaborou a Estratégia Local de Habitação para o Município de Vale de Cambra (ELH VC).

2 – Identificação dos imóveis e função social a desempenhar

Na ELH VC estão previstas obras de reabilitação de 7 escolas inativas, procedendo-se à alteração de uso de génese para uso habitacional, por forma a albergarem agregados familiares identificados pela C.M. - DASE, em atual situação de insalubridade e insegurança ou em situação de precariedade, uma vez que estes residem em sítios sem condições mínimas de habitabilidade e/ou sem segurança estrutural, o que não lhes permite auferir de condições dignas.

As escolas inativas identificadas são: Escola das Baralhas, Escola de Cavião, Escola da Lomba, Escola de Merlães, Escola de Pintalhos, Escola de Santa Cruz e Escola de Vilar.

Desde a elaboração da ELH VC e face às dinâmicas económicas e sociais entretanto ocorridas, o número de famílias em situação de carência habitacional aumentou, tendo sido identificadas as novas carências habitacionais no Concelho, notando-se a necessidade da identificação de mais imóveis para dar resposta às carências mencionadas, pelo que se propõe a integração de mais duas escolas inativas: a Escola de Cabanelas e Escola de Ervedoso.

Assim, prevê-se que estes 9 imóveis, após reabilitação, permitam melhores condições de vida a 10 agregados familiares, designadamente 25 pessoas, tal como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Tipologia dos imóveis e número de pessoas que beneficiarão da reabilitação destes

Escola inativas	Tipologia proposta	N.º Pessoas do Agregado Familiar
Escola das Baralhas	T2	3
Escola de Cavião	T1	2
Escola da Lomba	T1	1
Escola de Merlães	T3	3



Escola de Pintalhos	T3	4
Escola de Santa Cruz	2 T2	2 + 2
Escola de Vilar	T3	5
Escola de Cabanelas	2 T1	1 + 1
Escola de Ervedoso	T1	1

3 – Enquadramento dos imóveis no Plano Diretor Municipal (PDM)

Na planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), todas as escolas mencionadas estão em Solo Urbano, mas em categorias diferentes, tal como visível no Anexo do presente documento, ou seja:

- a) A Escola de Cabanelas e a Escola de Cavião estão classificadas na categoria de Área Urbanizada – Tipo III;
- b) A Escola da Lomba, a Escola de Merlães, a Escola de Pintalhos, a Escola de Santa Cruz, a Escola de Vilar e a Escola de Ervedoso estão classificadas na categoria de Equipamento – Ensino;
- c) A Escola das Baralhas está classificada na categoria de Equipamento – Outro.

4 – Imóveis de carácter estratégico

De acordo com o PDM, 7 dos 9 imóveis acima referenciados estão classificados em área de equipamento, no entanto, estes, de acordo com artigo 101.º-B do regulamento do PDM, podem, desde que declarados empreendimentos de carácter estratégico, ser afetos a outros fins, nomeadamente, empreendimentos de habitação social.

Assim, solicitamos que a C.M. delibere no sentido de considerar a reabilitação destes imóveis (Escola de Ervedoso, Escola da Lomba, Escola de Merlães, Escola de Pintalhos, Escola de Santa Cruz, Escola de Vilar e Escola das Baralhas) como empreendimentos de habitação social de carácter estratégico, sendo reconhecido o interesse público estratégico, nos termos do artigo 101.º-B do regulamento do PDM.

2023.04.27

A reabilitação física e funcional destes imóveis não provoca cargas funcionais incompatíveis com as infraestruturas públicas e não põe em causa a imagem do território em termos de integração urbanística e paisagística. Pelo contrário, vêm dignificar imóveis existentes degradados e que em tempo cumpriram uma função associada ao ensino.

Para efeitos de avaliação ambiental estratégica a C.M. qualifica a reabilitação destes imóveis como "Empreendimentos Estratégicos".

Declaração de voto apresentada pelo deputado municipal, José Hermínio T. Fernandes, em nome da bancada do PS: *"Não obstante a nossa concordância com o conteúdo das várias propostas apresentadas à votação, votamos contra, atendendo ao parecer jurídico da ANAM, de 19/09/22 solicitado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Paiva, cujo teor é claro, ao dizer taxativamente que, "somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes, na medida em que essas nomeações foram efetuadas na decorrência da aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, donde que, aqueles cargos nunca estiveram providos, remetendo também para o Relatório n.º 8/2017 do Tribunal de Contas e que, a comissão de serviço dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da Unidade Orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo de dirigente do mesmo nível no cargo dirigente que lhe suceda.*

Finalizando, dizemos que, o Regime da designação em substituição prevê que haja cargo de dirigente a prover, não pode esta bancada validar decisões cujo teor legal está em causa. O parecer da ANAM que cita o Tribunal de Contas, órgão judicial com competências de fiscalização, temos em atenção o parecer da CCDD Norte que também cita o mesmo Tribunal de Contas e vem reforçar a posição desta bancada. Por fim, e ao fim de 10 meses de procedimentos



concurtais urgentes, como a lei classifica os procedimentos em causa, não estarem concluídos, é revelador da falta de eficiência na gestão da coisa pública, e nós, membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, com competência de fiscalização da atividade municipal, não podemos compactuar de forma alguma, com essa situação.”

Declaração de voto da bancada do PSD, apresentada pela deputada municipal, Rosária de Fátima Leite Tavares: *“A bancada do PSD dá o devido valor ao programa de apoio ao acesso à habitação e entende a necessidade de reabilitação do edificado e arrendamento. Estaremos sempre a favor e disponíveis a apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que não forma de adquirir habitação condigna.*

No entanto, votamos contra este ponto, motivados pela dúvida que permanece, no que se refere ao processo de designação de dirigentes intermédios em regime de substituição, baseados no parecer n.º 1599/2020 emitido pela CCDR-N a 07/02/2020 e no parecer da ANAM de 19/09.”

Declaração de voto apresentada pela deputada municipal, Ana Rita Fernandes Martins: *“Apesar de não ter qualquer tipo de problema pelo conteúdo da proposta em si, terei de votar contra, atendendo a que o parecer da ANAM, datado de 19/09/22, que nos foi dado a conhecer enquanto membros desta Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente, Dr. Miguel Paiva e, dado que o teor do mesmo e do parecer da CCDR Norte, anexo à ata da reunião da Câmara Municipal do dia 17/05/2022, ambos confirmam que no âmbito do Despacho 2/P/22, tal opção não podia ser tomada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao que acresce o facto, ainda, de ter sido solicitada opinião jurídica externa sobre o parecer ou informação prestada pelo Gabinete Jurídico Medina e Associados, cujo conteúdo não é coincidente com os anteriores. Deste modo e, mantendo a*

2023.04.27

conformidade da minha posição com a posição assumida pelo vereador do PSD, Frederico Martins nas reuniões de Câmara, reafirmo o meu voto contra.”

8. Proposta de atualização da estratégia local de habitação para o município de vale de cambra (RCM 18/04/2023):

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro informa que este é um processo dinâmico e que resulta da última reunião com o IHRU. Esclarece que a necessidade de fazer a alteração resulta do número de diagnósticos inicial, em termos de famílias e pessoas, pois se chegou à conclusão de que são mais famílias e o objetivo é ajustar e adequar àquilo que é a realidade.

A Sr^a. Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, no uso da palavra, vem solicitar a criação de um gabinete constituído por equipas que façam um levantamento das carências das casas identificadas, para aferir o real custo. Esse gabinete, no seu entendimento, teria de criar medidas para que fosse possível evitar burocracias, casas sem licença ou comprovativos do que é anterior a 1955, bem como estudar isenção de taxas de licenciamento e a isenção de alvarás de empreiteiros como nos anos anteriores a 93.

Afirma que foi uma sugestão do Vereador Frederico Martins, mas que a subscreve.

Pelas 23 horas e 59 minutos, atendendo ao adiantar da hora, e uma vez que o n.º 1, do artigo 13.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vale de Cambra refere que a Assembleia Municipal não pode prolongar-se para além das 24 horas, salvo deliberação expressa do plenário, a Mesa propôs que se deliberasse a continuação da sessão, para esgotar os pontos que ainda faltavam.

A continuação da sessão foi votada por unanimidade dos 22 membros presentes.



A Assembleia Municipal, com 7 votos contra das bancadas do PS e PSD e 15 votos a favor, da bancada do CDS/PP, **deliberou por maioria dos 22 membros presentes**, aprovar a proposta de atualização da ELH – Estratégia Local de Habitação para o Município de Vale de Cambra, conforme a proposta da Câmara Municipal.

Ausentaram-se da sessão o Presidente da junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sérgio Miguel Santos Soares e Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro.

Declaração de voto apresentada pelo deputado municipal, José Hermínio T. Fernandes, em nome da bancada do PS: *“Não obstante a nossa concordância com o conteúdo das várias propostas apresentadas à votação, votamos contra, atendendo ao parecer jurídico da ANAM, de 19/09/22 solicitado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Paiva, cujo teor é claro, ao dizer taxativamente que, “somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes, na medida em que essas nomeações foram efetuadas na decorrência da aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, donde que, aqueles cargos nunca estiveram providos, remetendo também para o Relatório n.º 8/2017 do Tribunal de Contas e que, a comissão de serviço dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da Unidade Orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo de dirigente do mesmo nível no cargo dirigente que lhe suceda.*

Finalizando, dizemos que, o Regime da designação em substituição prevê que haja cargo de dirigente a prover, não pode esta bancada validar decisões cujo teor legal está em causa. O parecer da ANAM que cita o Tribunal de Contas, órgão judicial com competências de fiscalização, temos em atenção o parecer da CCDD Norte que também cita o mesmo Tribunal de Contas e vem reforçar a

2023.04.27

posição desta bancada. Por fim, e ao fim de 10 meses de procedimentos concursais urgentes, como a lei classifica os procedimentos em causa, não estarem concluídos, é revelador da falta de eficiência na gestão da coisa pública, e nós, membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, com competência de fiscalização da atividade municipal, não podemos compactuar de forma alguma, com essa situação.”

Declaração de voto da Bancada do PSD, apresentada pela deputada municipal, Rosária de Fátima Leite Tavares: *“O Programa 1.º Direito é um programa interessante que permitirá o acesso à habitação a baixo custo a famílias mais necessitadas do Concelho.*

A bancada do PSD entende a necessidade de reabilitação do edificado e arrendamento e estará sempre a favor e disponíveis a apoiar a promoção de soluções habitacionais.

No entanto, votamos contra este ponto, motivados pela dúvida que permanece, no que se refere ao processo de designação de dirigentes intermédios em regime de substituição, baseados no parecer n.º 1599/2020 emitido pela CCDR-N a 07/02/2020 e no parecer da ANAM de 19/09.”

Declaração de voto apresentada pela deputada municipal, Ana Rita Fernandes Martins: *“Apesar de não ter qualquer tipo de problema pelo conteúdo da proposta em si, terei de votar contra, atendendo a que o parecer da ANAM, datado de 19/09/22, que nos foi dado a conhecer enquanto membros desta Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente, Dr. Miguel Paiva e, dado que o teor do mesmo e do parecer da CCDR Norte, anexo à ata da reunião da Câmara Municipal do dia 17/05/2022, ambos confirmam que no âmbito do Despacho 2/P/22, tal opção não podia ser tomada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao que acresce o facto, ainda, de ter sido solicitada opinião jurídica externa sobre o parecer ou informação prestada pelo Gabinete Jurídico Medina e Associados,*



cujo conteúdo não é coincidente com os anteriores. Deste modo e, mantendo a conformidade da minha posição com a posição assumida pelo vereador do PSD, Frederico Martins nas reuniões de Câmara, reafirmo o meu voto contra.”

Ausentaram-se da sessão, a deputada municipal Paula Pedro e o Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sérgio Soares.

9. Apoio financeiro à freguesia de s. Pedro de castelões - festa da freguesia - xxx semana cultural (RCM 18/04/2023):

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro afirma que a Câmara Municipal apoia as comissões de festas para a realização das festas das sedes de freguesia e que considerando que a Câmara Municipal só pode atribuir apoios com a autorização expressa da Assembleia Municipal, o assunto está agendado para que se possa atribuir o apoio à Junta de Freguesia.

A Assembleia Municipal, com 7 votos contra da bancada do PS e PSD e 13 votos a favor, da bancada do CDS/PP, **deliberou por maioria dos 20 membros presentes**, aprovar a atribuição de 1000€ (mil euros) à Freguesia de S. Pedro de Castelões, como apoio financeiro à organização da XXX Semana Cultural e Festa do padroeiro de S. Pedro de Castelões, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, conforme a proposta da Câmara Municipal.

Declaração de voto apresentada pelo deputado municipal, José Hermínio T. Fernandes, em nome da bancada do PS: *“Não obstante a nossa concordância com o conteúdo das várias propostas apresentadas à votação, votamos contra, atendendo ao parecer jurídico da ANAM, de 19/09/22 solicitado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Paiva, cujo teor é claro, ao dizer taxativamente que, “somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes, na medida em que*

2023.04.27

essas nomeações foram efetuadas na decorrência da aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, donde que, aqueles cargos nunca estiveram providos, remetendo também para o Relatório n.º 8/2017 do Tribunal de Contas e que, a comissão de serviço dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da Unidade Orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo de dirigente do mesmo nível no cargo dirigente que lhe suceda.

Finalizando, dizemos que, o Regime da designação em substituição prevê que haja cargo de dirigente a prover, não pode esta bancada validar decisões cujo teor legal está em causa. O parecer da ANAM que cita o Tribunal de Contas, órgão judicial com competências de fiscalização, temos em atenção o parecer da CCDR Norte que também cita o mesmo Tribunal de Contas e vem reforçar a posição desta bancada. Por fim, e ao fim de 10 meses de procedimentos concursais urgentes, como a lei classifica os procedimentos em causa, não estarem concluídos, é revelador da falta de eficiência na gestão da coisa pública, e nós, membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, com competência de fiscalização da atividade municipal, não podemos compactuar de forma alguma, com essa situação.”

Declaração de voto da bancada do PSD, apresentada pela deputada municipal, Rosária de Fátima Leite Tavares: *“A bancada do PSD, concorda com os apoios atribuídos, sempre que sirvam para enaltecer a vida social e a cultura de uma Freguesia – neste caso concreto São Pedro de Castelões e a XXX semana Cultural.*

No entanto, votamos contra este ponto, motivados pela dúvida que permanece, no que se refere ao processo de designação de dirigentes intermédios em regime de substituição, baseados no parecer n.º 1599/2020 emitido pela CCDR-N a 07/02/2020 e no parecer da ANAM de 19/09.”



Declaração de voto apresentada pela deputada municipal, Ana Rita Fernandes Martins: *Apesar de não ter qualquer tipo de problema pelo conteúdo da proposta em si, terei de votar contra, atendendo a que o parecer da ANAM, datado de 19/09/22, que nos foi dado a conhecer enquanto membros desta Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente, Dr. Miguel Paiva e, dado que o teor do mesmo e do parecer da CCDR Norte, anexo à ata da reunião da Câmara Municipal do dia 17/05/2022, ambos confirmam que no âmbito do Despacho 2/P/22, tal opção não podia ser tomada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao que acresce o facto, ainda, de ter sido solicitada opinião jurídica externa sobre o parecer ou informação prestada pelo Gabinete Jurídico Medina e Associados, cujo conteúdo não é coincidente com os anteriores. Deste modo e, mantendo a conformidade da minha posição com a posição assumida pelo vereador do PSD, Frederico Martins nas reuniões de Câmara, reafirmo o meu voto contra.”*

Regressaram à sessão Paula Pedro, Sérgio Soares e Arménio Lige.

Ausentaram-se da sessão os deputados municipais Daniel Alexandre Martins Barbosa e Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho e Cristina Quintas (J.F. União das Freguesias).

10. Apoio financeiro à União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho – Marchas Populares de St.º António (RCM 18/04/2023):

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro refere ser um agendamento idêntico ao anterior, que carece de autorização da Assembleia Municipal.

A Sr.ª Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, no uso da palavra, solicitou ao Executivo que, nas próximas festas de Santo António, pensem em aumentar o valor atribuído às marchas, pois considera que as mesmas são

2023.04.27

património cultural e todos os anos tem conhecimento de queixas por parte dos envolvidos relativamente ao baixo financiamento.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva subscreveu a intervenção da Deputada Ana Rita Martins, reforçando que as festas de Santo António são património cultural e identidade da cidade.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro afirmou que a verba atribuída às marchas populares tem vindo sempre a aumentar, procurando consensualizar com as várias entidades e associações que marcam presença. Informa que este ano o número de marchas cresceu e que isso é de salutar, uma vez que significa que, há um acolher desta belíssima tradição de Vale de Cambra.

A Assembleia Municipal, com 6 votos contra das bancadas do PS e PSD e 14 votos a favor, da bancada do CDS/PP, **deliberou por maioria dos 20 membros presentes**, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 4.500,00€ (quatro mil e quinhentos euros) à União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, pela sua participação nas Marchas de St.º António 2023, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, conforme a proposta da Câmara Municipal.

Declaração de voto apresentada pelo deputado municipal, José Hermínio T. Fernandes, em nome da bancada do PS: *“Não obstante a nossa concordância com o conteúdo das várias propostas apresentadas à votação, votamos contra, atendendo ao parecer jurídico da ANAM, de 19/09/22 solicitado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Paiva, cujo teor é claro, ao dizer taxativamente que, “somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes, na medida em que essas nomeações foram efetuadas na decorrência da aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, donde que, aqueles cargos nunca estiveram providos, remetendo também para o Relatório n.º 8/2017 do Tribunal*



de Contas e que, a comissão de serviço dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da Unidade Orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo de dirigente do mesmo nível no cargo dirigente que lhe suceda.

Finalizando, dizemos que, o Regime da designação em substituição prevê que haja cargo de dirigente a prover, não pode esta bancada validar decisões cujo teor legal está em causa. O parecer da ANAM que cita o Tribunal de Contas, órgão judicial com competências de fiscalização, temos em atenção o parecer da CCDR Norte que também cita o mesmo Tribunal de Contas e vem reforçar a posição desta bancada. Por fim, e ao fim de 10 meses de procedimentos concursais urgentes, como a lei classifica os procedimentos em causa, não estarem concluídos, é revelador da falta de eficiência na gestão da coisa pública, e nós, membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, com competência de fiscalização da atividade municipal, não podemos compactuar de forma alguma, com essa situação.”

Declaração de voto, apresentada pela deputada municipal, Rosária de Fátima Leite Tavares: *“A bancada do PSD, concorda com os apoios atribuídos, sempre que sirvam para enaltecer as tradições, a vida social e a cultura de uma Freguesia – neste caso concreto à União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.*

No entanto, votamos contra este ponto, motivados pela dúvida que permanece, no que se refere ao processo de designação de dirigentes intermédios em regime de substituição, baseados no parecer n.º 1599/2020 emitido pela CCDR-N a 07/02/2020 e no parecer da ANAM de 19/09.”

Declaração de voto apresentada pela deputada municipal, Ana Rita Fernandes Martins: *“Apesar de não ter qualquer tipo de problema pelo conteúdo da proposta em si, terei de votar contra, atendendo a que o parecer da ANAM,*

2023.04.27

datado de 19/09/22, que nos foi dado a conhecer enquanto membros desta Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente, Dr. Miguel Paiva e, dado que o teor do mesmo e do parecer da CCDR Norte, anexo à ata da reunião da Câmara Municipal do dia 17/05/2022, ambos confirmam que no âmbito do Despacho 2/P/22, tal opção não podia ser tomada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao que acresce o facto, ainda, de ter sido solicitada opinião jurídica externa sobre o parecer ou informação prestada pelo Gabinete Jurídico Medina e Associados, cujo conteúdo não é coincidente com os anteriores. Deste modo e, mantendo a conformidade da minha posição com a posição assumida pelo vereador do PSD, Frederico Martins nas reuniões de Câmara, reafirmo o meu voto contra.”

Regressaram à sessão Daniel Barbosa e Cristina Quintas.

Ausentaram-se os deputados Municipais, Jorge Pinho, Rosária Tavares e Paulo Bastos (Junta de Freguesia de Macieira de Cambra).

11. Apoio financeiro à Freguesia de Macieira de Cambra – Isenção de pagamento de tarifa de saneamento referente ao WC público (RCM 18/04/2023):

A Assembleia Municipal, com 5 votos contra da bancada do PS e PSD e 15 votos a favor, da bancada do CDS/PP, **deliberou por maioria dos 20 membros presentes**, aprovar o apoio financeiro à Freguesia de Macieira de Cambra, isentando-a do pagamento da tarifa de saneamento referente a WC para uso público no cemitério de Macieira de Cambra, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, conforme proposta da Câmara Municipal.

Declaração de voto apresentada pelo deputado municipal, José Hermínio T. Fernandes, em nome da bancada do PS: *“Não obstante a nossa concordância com o conteúdo das várias propostas apresentadas à votação, votamos contra,*



2023.04.27

ATA N.º 2/23

FL N.º 141

atendendo ao parecer jurídico da ANAM, de 19/09/22 solicitado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Paiva, cujo teor é claro, ao dizer taxativamente que, “somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes, na medida em que essas nomeações foram efetuadas na decorrência da aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, donde que, aqueles cargos nunca estiveram providos, remetendo também para o Relatório n.º 8/2017 do Tribunal de Contas e que, a comissão de serviço dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da Unidade Orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo de dirigente do mesmo nível no cargo dirigente que lhe suceda.

Finalizando, dizemos que, o Regime da designação em substituição prevê que haja cargo de dirigente a prover, não pode esta bancada validar decisões cujo teor legal está em causa. O parecer da ANAM que cita o Tribunal de Contas, órgão judicial com competências de fiscalização, temos em atenção o parecer da CCDD Norte que também cita o mesmo Tribunal de Contas e vem reforçar a posição desta bancada. Por fim, e ao fim de 10 meses de procedimentos concursais urgentes, como a lei classifica os procedimentos em causa, não estarem concluídos, é revelador da falta de eficiência na gestão da coisa pública, e nós, membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, com competência de fiscalização da atividade municipal, não podemos compactuar de forma alguma, com essa situação.”

Declaração de voto da bancada do PSD: *“A bancada do PSD, concorda com os apoios atribuídos, sempre que sirvam para ajudar as Juntas de Freguesia, neste caso concreto Macieira de Cambra, que tanta dificuldade sente para enfrentar as despesas que tem.*

2023.04.27

Enaltecer aqui a solução encontrada, pela Câmara Municipal, para satisfazer o pedido desta Junta de Freguesia.

No entanto, votamos contra este ponto, motivados pela dúvida que permanece, no que se refere ao processo de designação de dirigentes intermédios em regime de substituição, baseados no parecer n.º 1599/2020 emitido pela CCDR-N a 07/02/2020 e no parecer da ANAM de 19/09.”

Declaração de voto apresentada pela deputada municipal, Ana Rita

Fernandes Martins: *“Apesar de não ter qualquer tipo de problema pelo conteúdo da proposta em si, terei de votar contra, atendendo a que o parecer da ANAM, datado de 19/09/22, que nos foi dado a conhecer enquanto membros desta Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente, Dr. Miguel Paiva e, dado que o teor do mesmo e do parecer da CCDR Norte, anexo à ata da reunião da Câmara Municipal do dia 17/05/2022, ambos confirmam que no âmbito do Despacho 2/P/22, tal opção não podia ser tomada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao que acresce o facto, ainda, de ter sido solicitada opinião jurídica externa sobre o parecer ou informação prestada pelo Gabinete Jurídico Medina e Associados, cujo conteúdo não é coincidente com os anteriores. Deste modo e, mantendo a conformidade da minha posição com a posição assumida pelo vereador do PSD, Frederico Martins nas reuniões de Câmara, reafirmo o meu voto contra.”*

Regressaram à sessão Rosária Tavares e Paulo Bastos.

12. Regulamento do serviço de atendimento e acompanhamento social (RCM 04/04/2023):

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro informou que se houver alguma questão que importe esclarecer relativamente a este ponto, se encontra disponível, juntamente com a Sr. Vereadora.



O Sr. Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida informou que não lhe diz respeito a forma como votam as outras bancadas, mas que não percebe que justifiquem tudo o que votam com uma questão que não corresponde ao que está a ser votado.

Informa ainda que vai informar as pessoas da marcha de Vila Chã quem votou contra pois considera isto um boicote ao trabalho que é feito.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva afirmou não estar a boicotar qualquer trabalho, pois inclusive disse, num dos pontos, que achava que a verba das marchas até devia ser aumentada. Acrescenta que o Sr. Deputado pode dizer o que quiser, porque o vai negar. Informa ainda que está desiludido por estarem a ser feitos julgamentos de valor, e que vota contra, pois é coerente com aquilo que são as suas posições.

O Sr. Deputado Municipal José Hermínio Tavares Fernandes, esclareceu que os votos são uma formalidade legal e que nada têm a ver com a substância das propostas em si.

O Sr. Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, informou que o que teme é que mais tarde, de facto, possam querer impugnar as deliberações. Acrescenta que houve pontos em que votaram contra sem declaração de voto. Esclarece ainda que iniciou a intervenção anterior dizendo que nada tem a ver com as posições e declarações das outras bancadas, mas que com a maioria absoluta, tem a legitimidade que o povo lhes deu.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva afirmou que ter a maioria absoluta não é ser dono de Vale de Cambra, e que se põe no seu lugar, mas que o Sr. Deputado também tem de se colocar no seu.

A Sr.ª Deputada Municipal Rosária de Fátima Leite Tavares, declarou que boicote é uma palavra muito forte, que está em plena consciência dos seus direitos e deveres e que vota em conformidade com a Lei.

2023.04.27

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, lembrou que há dois pareceres, um da CCDR e um da ANAM, e que neste caso em concreto há um “empate técnico”, como diz o Sr. Vice-Presidente.

Informa que sempre suportaram as suas decisões com base nos pareceres jurídicos, e que acha estranho que apenas se refiram ao parecer que lhes dá jeito e não refiram os outros. Esclarece que não vai fazer disto cavalo de batalha, mas que compreende quem o faça, pois percebe o que é ser oposição e qual o seu papel.

Finalizou a intervenção dizendo que todos deviam ter mais serenidade quanto a esta matéria, pois isso nada de bom traz para o Município ou para o crescimento da sociedade, e que estão todos ali para trabalhar para as pessoas, e não para o próprio ego.

A Assembleia Municipal, com 6 votos contra das bancadas do PS e PSD e 16 votos a favor, da bancada do CDS/PP, **deliberou por maioria dos 22 membros presentes**, aprovar o Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, para efeitos do previsto na alínea g) do número 1, do artigo 25º, do RJAL, conforme a proposta da Câmara Municipal.

Declaração de voto apresentada pelo deputado municipal, José Hermínio T. Fernandes, em nome da bancada do PS: *“Não obstante a nossa concordância com o conteúdo das várias propostas apresentadas à votação, votamos contra, atendendo ao parecer jurídico da ANAM, de 19/09/22 solicitado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Paiva, cujo teor é claro, ao dizer taxativamente que, “somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes, na medida em que essas nomeações foram efetuadas na decorrência da aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, donde que, aqueles cargos nunca estiveram providos, remetendo também para o Relatório n.º 8/2017 do Tribunal*



de Contas e que, a comissão de serviço dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da Unidade Orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo de dirigente do mesmo nível no cargo dirigente que lhe suceda.

Finalizando, dizemos que, o Regime da designação em substituição prevê que haja cargo de dirigente a prover, não pode esta bancada validar decisões cujo teor legal está em causa. O parecer da ANAM que cita o Tribunal de Contas, órgão judicial com competências de fiscalização, temos em atenção o parecer da CCDR Norte que também cita o mesmo Tribunal de Contas e vem reforçar a posição desta bancada. Por fim, e ao fim de 10 meses de procedimentos concursais urgentes, como a lei classifica os procedimentos em causa, não estarem concluídos, é revelador da falta de eficiência na gestão da coisa pública, e nós, membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, com competência de fiscalização da atividade municipal, não podemos compactuar de forma alguma, com essa situação.”

Declaração de voto da bancada do PSD, apresentada pela deputada municipal, Rosária de Fátima Leite Tavares: *“O Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, no enquadramento das transferências de competência para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação Social apresentado, não evoca qualquer ponto negativo para a bancada do PSD.*

No entanto, votamos contra este ponto, motivados pela dúvida que permanece, no que se refere ao processo de designação de dirigentes intermédios em regime de substituição, baseados no parecer n.º 1599/2020 emitido pela CCDR-N a 07/02/2020 e no parecer da ANAM de 19/09.”

Declaração de voto apresentada pela deputada municipal, Ana Rita Fernandes Martins: *“Apesar de não ter qualquer tipo de problema pelo conteúdo*

2023.04.27

da proposta em si, terei de votar contra, atendendo a que o parecer da ANAM, datado de 19/09/22, que nos foi dado a conhecer enquanto membros desta Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente, Dr. Miguel Paiva e, dado que o teor do mesmo e do parecer da CCDR Norte, anexo à ata da reunião da Câmara Municipal do dia 17/05/2022, ambos confirmam que no âmbito do Despacho 2/P/22, tal opção não podia ser tomada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao que acresce o facto, ainda, de ter sido solicitada opinião jurídica externa sobre o parecer ou informação prestada pelo Gabinete Jurídico Medina e Associados, cujo conteúdo não é coincidente com os anteriores. Deste modo e, mantendo a conformidade da minha posição com a posição assumida pelo vereador do PSD, Frederico Martins nas reuniões de Câmara, reafirmo o meu voto contra.”

Ausentaram-se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Paiva, e o deputado municipal José Soares.

A condução dos trabalhos da sessão foi assumida pelo 1º secretário, Jorge Manuel S. Silva, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal.

13. Aprovação da plurianuidade da despesa respeitante à atualização de acordos AAAF/Contratos Programa 2023 (RCM 07/03/2023):

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, esclareceu que este ponto está relacionado com os acordos que foram celebrados com as instituições e que estes surgem com base na descentralização na área da Segurança Social.

A Sr.ª Vereadora Mónica Seixas, informou os presentes que esta é uma regularização dos acordos, que existem com as instituições do Município, para dinamização das atividades de animação e apoio à família, nomeadamente o prolongamento do horário e acolhimento das crianças e das refeições. Afirma que



o Município não pretende aumentar as mensalidades das famílias, e que a componente que é dada por parte da DGEST é a mesma há imensos anos. Informou que o Município transfere essa componente financeira e transfere para as IPSS, mas que a mesma não é suficiente.

Esclareceu que o Município assume a comparticipação a 100% da equipa técnica que dinamiza estas atividades, para garantir a sustentabilidade das IPSS, fazendo uma estimativa das despesas de funcionamento.

A Assembleia Municipal, com 6 votos contra da bancada do PS e PSD e 14 votos a favor, da bancada do CDS/PP, deliberou por maioria dos 20 membros presentes, aprovar a Plurianuidade da despesa respeitante aos contratos programa com o Centro Social Paroquial de S. Pedro de Castelões, Centro Social Paroquial S. João Batista de Cepelos, Fundação Luíz Bernardo de Almeida e Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra, conforme a proposta da Câmara Municipal.

Declaração de voto apresentada pelo deputado municipal, José Hermínio T. Fernandes, em nome da bancada do PS: *“Não obstante a nossa concordância com o conteúdo das várias propostas apresentadas à votação, votamos contra, atendendo ao parecer jurídico da ANAM, de 19/09/22 solicitado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Paiva, cujo teor é claro, ao dizer taxativamente que, “somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes, na medida em que essas nomeações foram efetuadas na decorrência da aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, donde que, aqueles cargos nunca estiveram providos, remetendo também para o Relatório n.º 8/2017 do Tribunal de Contas e que, a comissão de serviço dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da Unidade Orgânica, salvo se for expressamente mantida a*

2023.04.27

comissão de serviço no cargo de dirigente do mesmo nível no cargo dirigente que lhe suceda.

Finalizando, dizemos que, o Regime da designação em substituição prevê que haja cargo de dirigente a prover, não pode esta bancada validar decisões cujo teor legal está em causa. O parecer da ANAM que cita o Tribunal de Contas, órgão judicial com competências de fiscalização, temos em atenção o parecer da CCDR Norte que também cita o mesmo Tribunal de Contas e vem reforçar a posição desta bancada. Por fim, e ao fim de 10 meses de procedimentos concursais urgentes, como a lei classifica os procedimentos em causa, não estarem concluídos, é revelador da falta de eficiência na gestão da coisa pública, e nós, membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, com competência de fiscalização da atividade municipal, não podemos compactuar de forma alguma, com essa situação.”

Declaração de voto, apresentada pela deputada municipal, Rosária de Fátima Leite Tavares: *“A bancada do PSD estará sempre a favor dos procedimentos e projetos em benefício das crianças do Concelho.*

No entanto, votamos contra este ponto, motivados pela dúvida que permanece, no que se refere ao processo de designação de dirigentes intermédios em regime de substituição, baseados no parecer n.º 1599/2020 emitido pela CCDR-N a 07/02/2020 e no parecer da ANAM de 19/09.”

Declaração de voto apresentada pela deputada municipal, Ana Rita Fernandes Martins: *“Apesar de não ter qualquer tipo de problema pelo conteúdo da proposta em si, terei de votar contra, atendendo a que o parecer da ANAM, datado de 19/09/22, que nos foi dado a conhecer enquanto membros desta Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente, Dr. Miguel Paiva e, dado que o teor do mesmo e do parecer da CCDR Norte, anexo à ata da reunião da Câmara Municipal do dia 17/05/2022, ambos confirmam que no âmbito do Despacho*



2/P/22, tal opção não podia ser tomada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao que acresce o facto, ainda, de ter sido solicitada opinião jurídica externa sobre o parecer ou informação prestada pelo Gabinete Jurídico Medina e Associados, cujo conteúdo não é coincidente com os anteriores. Deste modo e, mantendo a conformidade da minha posição com a posição assumida pelo vereador do PSD, Frederico Martins nas reuniões de Câmara, reafirmo o meu voto contra.”

Regressaram à sessão Miguel Paiva, José Soares e Jorge Tiago Pinho.

A condução dos trabalhos da sessão foi reassumida pelo presidente da assembleia municipal.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, em harmonia com o n.º 1 do artigo 49.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.

Do público presente, registaram-se três inscrições, intervindo apenas duas pessoas:

O Sr. Rui Manuel Martins de Almeida Leite solicitou que a sua intervenção ficasse a constar em ata, tendo entregue a respetiva intervenção aos presentes, pelo que a mesma ficará anexa ao presente documento.

O Sr. José Pedro Vieira de Almeida, no uso da palavra, iniciou a sua intervenção referindo estranheza pelo facto de os antigos Vereadores da Câmara Municipal não terem sido convidados para as cerimónias oficiais do 25 de abril.

De seguida, informou os presentes que ia denunciar um conjunto de factos. Questionou o Sr. Presidente a Câmara sobre a nomeação dos chefes em regime de substituição, acusando diversas irregularidades.

2023.04.27

Questionou se os Srs. Deputados Municipais não estranhavam o facto de um procedimento concursal na Câmara Municipal do Porto demorar cinquenta e cinco dias, e na Câmara de Vale de Cambra demorar dez meses, com menos candidaturas.

Afirma que, na sua opinião, acha estranho que em oito procedimentos concursais para provimento de lugares de chefia, sete dos candidatos que venceram os concursos sejam os previamente nomeados num “abusivo e ilegal” regime de substituição

Informou a Assembleia que foi excluído de candidato e readmitido após reclamação, que existiram convocatórias para entrevistas não cumprindo os prazos legais e ainda que lhe proibiram a entrada numa entrevista pública, tendo o mesmo sido obrigado a solicitar a G.N.R..

Informa que existiram alterações da ordem das entrevistas para evitar que o mesmo assistisse, e outras ilegalidades que não irá enumerar.

Acrescentou ainda que deu conhecimento por escrito destas irregularidades ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, não tendo, até à data, recebido qualquer resposta, razão pela qual se viu obrigado a recorrer à justiça.

Afirma que não pretende que sejam os cidadãos valecambrenses a pagar eventuais prejuízos decorrentes do não cumprimento da Lei, pelo que responsabiliza a nível pessoal e financeiro, o Sr. Presidente da Câmara.

Afirma que o Sr. Presidente da Câmara é o responsável pelos erros cometidos e má condução de assuntos públicos e que o que se passa em Vale de Cambra é, em tudo, semelhante ao que se passa nas televisões portuguesas, nomeadamente a má gestão, as ilegalidades, e o desaparecimento do dinheiro dos contribuintes por incompetência e displicência dos titulares dos respetivos mandatos, para governar a coisa pública.



2023.04.27

ATA N.º 2123

FL. N.º 146

Declara aos presentes que tudo fará para que não sejam as instituições públicas democráticas a arcar com as consequências dos atos inconsequentes e ilegais de que tem sido reiteradamente incompetente para cumprir e fazer cumprir a lei no Município e salvaguardá-lo de danos e prejuízos indesejáveis.

Finalizou a sua intervenção afirmando que esta situação lhe está a causar severos danos psicológicos e materiais, revelando da parte do Sr. Presidente da Câmara insensibilidade e desrespeito pela sua dignidade, acusando-o de perseguição pessoal, profissional e pública.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Paiva, no uso da palavra, fez duas observações quanto às intervenções do público.

Em primeiro, agradeceu a sugestão do Sr. Rui Leite, afirmando não ter condições para dizer o seguimento que será dado, mas que será tida em conta a informação que deu.

Relativamente ao Sr. José Pedro Vieira de Almeida, garantiu que a ausência de convite para as cerimónias do 25 de abril (se é que o convite não chegou), não foi intencional, e que já foi solicitado o rastreio relativamente ao que aconteceu.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, no uso da palavra, afirmou, relativamente à intervenção do Dr. Pedro Almeida (colaborador da Câmara Municipal), que este tentou insinuar que há perseguição e assédio, declarando que não há e nunca houve. Afirma nunca ter hostilizado o colaborador ou qualquer outro funcionário da Câmara Municipal.

Refere que inclusive poderá considerar o contrário, que existe uma perseguição contra si.

Informou que houve o cuidado de nomear júris de diversas origens, de diversas Câmaras Municipais, e que algumas pessoas não conhecia ou sequer tinha visto

2023.04.27

na vida. Refere que foi procurada isenção, nomeando júris externos, para que fosse dada credibilidade ao concurso.

Admitiu que o concurso se arrastou mais do que o desejável, e que ele próprio também não fica agradado com a situação, mas havendo um júri diversificado de várias Câmaras Municipais, nem sempre é possível compatibilizar agendas, e sendo oito ou nove concursos, não tem sido fácil o cumprimento da meta, que era concluir os concursos com a máxima rapidez.

Em relação às questões abordadas pelo Eng.º Rui Leite, afirma que o respeita, embora esse respeito não seja mútuo.

Considerou que as críticas feitas não eram justas, mas que o posicionamento e atitude de cada pessoa são atos individuais e compete a cada pessoa ser mais ou menos respeitadora.

Afirma que procura e sempre procurou respeitar toda a gente e que entende que posicionamentos claramente políticos e que não há nada a fazer quanto a isso.

Finaliza dizendo que tudo o que faz é para servir Vale de Cambra, sempre a pensar no melhor para as pessoas e que dorme de consciência tranquila.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:

Aprovação do texto e respetivas minutas.

A Assembleia Municipal, após votação separada, **deliberou, por unanimidade** dos 23 membros presentes, aprovar em minuta todas as deliberações tomadas na sessão, aprovando de igual modo o respetivo texto de acordo com a minuta da ata que lhes foi distribuída.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, com a presença no Salão Nobre de 23 deputados municipais, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas 00 horas e 52 minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser

2023.04.27



APENSOS À ATA

Intervenção do Sr. Rui Manuel Martins de Almeida Leite:

“Começo esta minha intervenção, agradecendo ao Sr. Presidente da Assembleia, a deferência que teve para com a minha pessoa, nas comemorações do 25 de abril.

Quero agora pedir-lhe que tenha um pouco de complacência com esta minha exposição, mas hoje estou certo de que no decurso da mesma, compreenderá o pedido e não me cortará a palavra.

Venho hoje aqui com um propósito, propósito, de que esta minha intervenção, seja transcrita para a ata da sessão na sua totalidade, pois aborda um facto da história industrial dos lacticínios, com repercussões sociais no nosso concelho, contada na primeira pessoa.

Começo por recorrer ao livro do Sr. Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite, para convenientemente centrar o tema.

Diz no livro; “há quem diga que Vale de Cambra está no mapa, por causa das fábricas da minha família, mas a verdadeira razão, é a tradição dos lacticínios e do vinho verde, Álvaro Pinho da Costa Leite, revista ideias e negócios 1998.”

É com imensa pena que, quer eu, quer os meus filhos, quando dizemos que somos de Vale de Cambra, vemos surgir com cada vez mais frequência a pergunta:

Onde fica Vale de Cambra?

Para respondermos e localizarmos a nossa terra somos obrigados a recorrer à Vila próxima, Arouca, que é bem conhecida pelos seus passadiços.

Mas o que eu quero aqui trazer é uma decisão histórica para Vale de Cambra e para o seu tecido empresarial, que teve o seu epílogo a 1 de outubro de 1999.

2023.04.27

É um facto desconhecido da totalidade das pessoas do nosso concelho. Trata-se do encerramento da unidade da Fromagerie Bel em Ponte de Lima e a transferência de produção do queijo Limiano para Vale de Cambra e da importância de uma pessoa, o Sr. Bernard Merle nesta decisão.

Se após 1 de outubro de 1999, ainda temos uma unidade a que se possa chamar fábrica de lacticínios no nosso concelho, a este senhor o devemos.

Deve-se ao Sr. Bernard Merle a tomada de decisão de fechar Ponte de Lima e continuar a laborar em Vale de Cambra, decisão tomada contra parte da administração francesa da fromagerie e do administrador português, situação que Bernard Merle ele próprio me relatou.

Quem era Bernard Merle? Bernard Merle foi um diretor de fabrica do grupo Bel, que teve a missão da concentração da produção em Portugal, e foi entre outras missões diretor da fábrica de Sablé, e terminou a sua atividade profissional na unidade de Marrocos, unidade que produzia 10 000 ton ano de queijo fundido.

Se não fosse o profissionalismo de Bernard Merle, que apenas geria fábricas, não era assalariado nem desempenhava funções no nosso concelho, a decisão seria a oposta àquela que foi tomada, ou seja, teríamos assistido ao encerramento de V.C. e à continuidade de laboração em P.L.

Depois do que acima fica dito, algumas considerações se nos oferecem.

A primeira prende-se com a criação de riqueza e a manutenção de postos de trabalho.

Se em vez de fechar P.L tivessem fechado V.C, a realidade após 1/10/99 seria outra, o que nos leva a propor um exercício. Multipliquem os 23 anos pelo número de colaboradores, pelas suas remunerações e adicionem os prémios de alguns.

Este dinheiro ficou em V.C. e estamos todos de acordo, julgo eu, que se trata de uma soma impressionante para a economia do nosso concelho.



O segundo prende-se com o registo da marca" Vale de Cambra, berço dos lacticínios".

Trata-se de uma designação com que este executivo não sabe o que fazer, pelo que nem a faz sair do berço. Sem esta unidade no nosso concelho, era quase como perguntar a alguém se era ciclista, e obter por resposta um sim, mas que não tinha bicicleta.

Mas estamos quase lá, pois registamos a marca, mas não se vislumbra qualquer projeto que tire partido desta condição, assim como ainda hoje não conheço e não se conhece que projeto o executivo tem para V.C.

Será que o projeto deste executivo se vai ficar pela remodelação do cinema?

Se assim for é muito pouquinho para um executivo que custa mais de três milhões de euros nos três mandatos. É apenas um aparte.

Se tivesse acontecido o encerramento da unidade de V.C., o nosso concelho vizinho, Oliveira de Azeméis, esfregaria as mãos de contente, pois não perde oportunidade de tirar partido da sua ligação ao leite.

Se continuarmos sem saber o que fazer, se não consolidarmos a nossa história, outros poderão dela usufruir pois terão o campo todo aberto.

Já agora, a nossa historia dos lacticínios (queijo) é tão mal tratada dado que não consigo compreender porque insistem em colocar fotos do meu avô e do Sr. Ernesto, avô do Dr. Cubal, dizendo que se trata do Martins e Rebelo.

Dito isto, e apenas como sugestão ao senhor Presidente da Assembleia, que como bem disse nas comemorações do 25 de Abril, a Assembleia Municipal é o mais amplo e plural órgão da nossa democracia", asseguro que este senhor, Bernard Merle, representa para V.C. muito mais do que Eça de Queirós ou Vasco da Gama, personalidades da nossa história que admiro e perante as quais me vergo, que fazem parte da toponímia da nossa cidade.

2023.04.27

Quero esclarecer que sobre o tema nada disse enquanto exerci as funções de presidente da Assembleia Municipal, por razões que são óbvias, mas livre das funções, quero dizer que sempre entendi que se trata de alguém de que devemos fazer memória.

Este apelo ao Sr. Presidente da Assembleia resulta do meu entendimento que um executivo que leva à votação e aprova em reunião de Câmara a proposta de que a medalha de ouro da cidade deve ser uma medalha de bronze revestida a ouro, situação sem igual em todos os concelhos do nosso país, não tem sensibilidade para apreciar esta situação.

Não vale a pena expor este assunto ao executivo.

O seu estranho posicionamento, para não utilizar termos injuriosos e de carácter, que não devem ser chamados para um debate político, na apresentação do regulamento das distinções honoríficas, processo que seguiu o trâmite normal ate à consulta pública como manda a legislação para casos como este, recebeu sugestões que foram enviadas por parte de todos os presidentes da nossa Câmara Municipal, por parte dos presidentes da Assembleia Municipal eleitos após o 25 de Abril, ou seus familiares próximos e um conjunto alargado de Cambrenses.

As sugestões de melhoria só não colheram a anuência de dois ex-presidentes da Assembleia e de um ex-presidente da Câmara Municipal.

O regulamento sumiu para as Calendas gregas e nunca mais viu a luz do dia. Esta atitude prova bem o modus operandi político deste executivo e confirma a falta de sensibilidade que venho referindo.

Mais ainda, estamos perante um presidente anti-democrático que não dá seguimento ao que é aprovado na Assembleia Municipal, como dá conta a não entrega das medalhas aprovadas no mandato de 2013 — 2017. Vergonha Sr. Presidente!



Por isso, peço encarecidamente ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e a esta Assembleia, que pelo menos aprove a inclusão na íntegra desta comunicação, para que futuros historiadores tenham acesso a esta informação, pois a destruição das gravações das sessões votada nesta Assembleia, pode conduzir a truncar a sequência do pensamento e deste modo perder o sentido no resumo que se possa fazer da mesma.

Como o feito histórico iniciado em 1930 com a Martins e Rebelo, quando reproduziu tecnologicamente pela primeira vez o queijo EDAM, 1/10/99 representa também um momento decisivo para o nosso concelho.

A minha real sugestão seria atribuir o nome de Bernard Merle a uma rua da nossa cidade.

Penso que há um motivo forte para que esta Assembleia, pela primeira vez, dignifique alguém dos laticínios, pois se os laticínios estão na génese do tecido empresarial de Vale de Cambra e produziu e distribuiu tanta riqueza, é estranho que ninguém até à data tenha merecido o mais pequeno reconhecimento. É estranho não acham? Não se riam, não estou a fazer cócegas.

Mas ficarei muito contente se a ata albergar toda a comunicação, pois faremos memória a uma personalidade que contribuiu com o seu sentido profissional para a continuação de criação de riqueza em Vale de Cambra."

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
